

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	115
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	116
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	117
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	39.790.080	39.857.182
1.01	Ativo Circulante	9.601.207	8.418.034
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.124.706	2.284.048
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.513.016	642.312
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.513.016	642.312
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.513.016	642.312
1.01.03	Contas a Receber	2.986.094	3.182.935
1.01.03.01	Clientes	2.986.094	3.182.935
1.01.04	Estoques	206.862	203.278
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.924.173	1.787.093
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.924.173	1.787.093
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	371.170	420.284
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	1.553.003	1.366.809
1.01.07	Despesas Antecipadas	275.403	173.139
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	570.953	145.229
1.01.08.03	Outros	570.953	145.229
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	383.852	16.602
1.01.08.03.02	Outros Ativos	124.605	90.606
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil Financeiro	4.812	4.931
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	57.684	33.090
1.02	Ativo Não Circulante	30.188.873	31.439.148
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.819.270	4.526.228
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.634	3.849
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	6.634	3.849
1.02.01.04	Contas a Receber	125.839	103.075
1.02.01.04.01	Clientes	125.839	103.075
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	64.271	68.628
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.622.526	4.350.676
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	122.839	29.909
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não-Circulantes	31.597	58.513
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	863.920	919.850
1.02.01.10.06	Impostos Indiretos a Recuperar	833.642	823.349
1.02.01.10.07	Impostos Diretos a Recuperar	1.140.869	2.367.608
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	147.390	151.447
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	482.269	0
1.02.03	Imobilizado	17.357.330	17.612.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.983.301	10.033.219
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.954.840	5.993.272
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	419.189	1.585.673
1.02.04	Intangível	9.012.273	9.300.756
1.02.04.01	Intangíveis	9.012.273	9.300.756
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.775.247	3.091.216
1.02.04.01.03	Autorizações	4.237.390	4.533.381
1.02.04.01.04	Goodwill	1.527.220	1.159.649

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	472.416	516.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	39.790.080	39.857.182
2.01	Passivo Circulante	6.670.340	8.135.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	286.988	217.523
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	286.988	217.523
2.01.02	Fornecedores	2.176.054	3.916.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.966.325	3.762.674
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	209.729	153.374
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.063.119	733.564
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	641.947	295.312
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	133.651	153.855
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	508.296	141.457
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	356.762	377.105
2.01.03.02.01	ICMS	356.762	377.105
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	64.410	61.147
2.01.03.03.01	ISS	64.410	61.147
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.835.290	1.384.180
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.835.290	1.384.180
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.278.907
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.835.290	105.273
2.01.05	Outras Obrigações	1.308.889	1.883.804
2.01.05.02	Outros	1.308.889	1.883.804
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.745	597.550
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	11.100	858
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	65.086	88.614
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	218.447	281.930
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	953.405	873.068
2.01.05.02.08	Outros Passivos	14.106	41.784
2.02	Passivo Não Circulante	9.870.513	9.663.256
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	758.571	644.908
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	758.571	644.908
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	379.599
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	758.571	265.309
2.02.02	Outras Obrigações	8.220.526	8.230.814
2.02.02.02	Outros	8.220.526	8.230.814
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	3.083	2.997
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos a recolher	212.834	212.310
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	254.123	237.723
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	772.136	827.182
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	6.915.983	6.907.802
2.02.02.02.09	Outros Passivos	62.367	39.253
2.02.02.02.10	Operações com Derivativos	0	3.547
2.02.03	Tributos Diferidos	0	78.230
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	78.230
2.02.04	Provisões	891.416	709.304
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	891.416	709.304

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	379.598	254.833
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	218.334	208.224
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.782	5.782
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	258.527	208.202
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	29.175	32.263
2.03	Patrimônio Líquido	23.249.227	22.058.807
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.476.172
2.03.02	Reservas de Capital	394.586	36.154
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	40.982	36.154
2.03.04	Reservas de Lucros	8.550.298	8.550.298
2.03.04.01	Reserva Legal	952.486	952.486
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.612.019	1.612.019
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.985.793	5.985.793
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	830.269	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.817	-3.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.387.369	12.589.783	4.337.063	12.790.630
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.051.150	-5.879.700	-1.839.071	-5.485.463
3.03	Resultado Bruto	2.336.219	6.710.083	2.497.992	7.305.167
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.653.322	-4.869.580	-1.704.320	-3.653.264
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.133.255	-3.347.862	-1.237.964	-3.753.725
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-412.194	-1.238.982	-415.479	-1.268.694
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.520	84.769	108.725	1.896.119
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-137.393	-367.505	-159.602	-526.964
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	682.897	1.840.503	793.672	3.651.903
3.06	Resultado Financeiro	-243.694	-762.912	-177.853	393.048
3.06.01	Receitas Financeiras	181.049	725.170	143.728	1.461.273
3.06.02	Despesas Financeiras	-424.743	-1.488.082	-321.581	-1.068.225
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	439.203	1.077.591	615.819	4.044.951
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.165	-247.322	128.955	-926.487
3.08.01	Corrente	-767.522	-777.525	103.025	-779
3.08.02	Diferido	718.357	530.203	25.930	-925.708
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	390.038	830.269	744.774	3.118.464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	390.038	830.269	744.774	3.118.464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,36	0,03	0,02	0,07
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,36	0,03	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	390.038	830.269	744.774	3.118.464
4.03	Resultado Abrangente do Período	390.038	830.269	744.774	3.118.464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.975.286	3.481.136
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.813.992	8.492.968
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	1.077.591	4.044.951
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	4.148.184	3.747.057
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	104.256	175.696
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	14.389	23.254
6.01.01.06	Opções compra de ações	4.829	2.281
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	257.190	439.531
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-217	286
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	147.722	-1.111.831
6.01.01.10	Perdas por créditos de liquidação duvidosa	455.357	561.455
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	604.119	616.710
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	572	-6.422
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.838.706	-5.011.832
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-225.583	-867.983
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	1.180.796	-1.647.694
6.01.02.03	Estoques	-3.584	-27.975
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-95.353	-158.867
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	132.850	120.146
6.01.02.06	Outros Ativos	-40.870	-60.569
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	68.021	30.346
6.01.02.08	Fornecedores	-1.773.769	-1.394.230
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-465.972	-27.438
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-309.865	-429.979
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-19.208	-108.508
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-118.528	-176.697
6.01.02.13	Outros Passivos	-100.751	-83.104
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-66.890	-179.280
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.272.867	-2.508.750
6.02.01	Ativos financeiros a valor justo	-871.039	-4.872
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-2.427.392	-2.511.846
6.02.04	recebimento de arrendamento mercantil financeiro	3.605	7.968
6.02.05	Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações	21.959	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.861.761	-1.171.940
6.03.01	Novos Empréstimos	1.800.000	1.000.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-1.737.010	-513.344
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-62.695	-86.673
6.03.04	Operações com derivativos	13.130	21.901
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-679.786	-571.663
6.03.06	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-597.845	-598.369
6.03.08	Dividendos e JSCP pagos	-597.555	-423.792
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159.342	-199.554

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.284.048	1.075.363
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.124.706	875.809

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.719	358.432	0	0	0	360.151
5.04.01	Aumentos de Capital	1.719	0	0	0	0	1.719
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.828	0	0	0	4.828
5.04.08	Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	0	353.604	0	0	0	353.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	830.269	0	830.269
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	830.269	0	830.269
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	13.477.891	394.586	8.550.298	830.269	-3.817	23.249.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.476.172	33.363	5.873.136	0	-1.882	19.380.789
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.476.172	33.363	5.873.136	0	-1.882	19.380.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.281	0	-905.000	0	-902.719
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-905.000	0	-905.000
5.04.09	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	2.281	0	0	0	2.281
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.118.464	0	3.118.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.118.464	0	3.118.464
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.476.172	35.644	5.873.136	2.213.464	-1.882	21.596.534

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 30/09/2020	Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	15.544.266	17.767.637
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.999.623	16.534.092
7.01.02	Outras Receitas	0	1.795.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-455.357	-561.455
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.060.083	-4.486.129
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.872.486	-1.914.552
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.187.597	-2.571.577
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.484.183	13.281.508
7.04	Retenções	-4.148.184	-3.747.057
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.148.184	-3.747.057
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.335.999	9.534.451
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	725.170	1.461.273
7.06.02	Receitas Financeiras	725.170	1.461.273
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.061.169	10.995.724
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.061.169	10.995.724
7.08.01	Pessoal	616.487	654.194
7.08.01.01	Remuneração Direta	392.274	384.586
7.08.01.02	Benefícios	147.775	129.877
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.728	42.126
7.08.01.04	Outros	32.710	97.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.498.200	5.567.532
7.08.02.01	Federais	1.618.441	2.586.315
7.08.02.02	Estaduais	2.791.312	2.898.868
7.08.02.03	Municipais	88.447	82.349
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.113.490	1.652.533
7.08.03.01	Juros	1.486.522	1.067.008
7.08.03.02	Aluguéis	626.968	585.525
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	830.269	3.118.464
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	905.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	830.269	2.213.464
7.08.05	Outros	2.723	3.001
7.08.05.01	Investimento social	2.723	3.001

Comentário do Desempenho

RESULTADOS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2020 (Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)

DESTAQUES

De volume para valor: nova abordagem trouxe mais resiliência e contribuiu para a recuperação contínua e gradual da dinâmica comercial

- **ARPU móvel com crescimento sólido de 6,3% A/A**, atingindo R\$ 25,4;
- **A base de clientes de UBL da TIM Live atingiu 627 mil conexões**, adicionando ~90 mil clientes nos últimos 12 meses, um crescimento de 16,8% A/A;
- **ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 9,3% A/A**, atingindo R\$ 89,4.

Sólido percurso de desenvolvimento da infraestrutura apesar das dificuldades impostas pela pandemia

- **Liderança em cobertura 4G com 3.545 cidades**, com destaque para evolução sob a frequência de 700MHz que passou a cobrir 3.023 cidades;
- **Tecnologia VoLTE disponível em mais de 3.527 cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Aceleração da expansão do FTTH com 3,1 milhões de *homes passed*** com fibra em 30 municípios em setembro.

Retomada da trajetória de crescimento da receita sem perder a eficiência em custos

- **Receita de Serviços com sólida reversão de trajetória e crescimento de 1,3% A/A**, com contribuição dos segmentos Móvel (+0,4% A/A) e Fixo (+16,4% A/A);
- **Receita da TIM Live avançou 29,1% A/A**, mantendo o forte ritmo de crescimento;
- **Performance da PDD apresentou queda de 46,2% A/A**, atingindo 1,76% da Receita Bruta (menor nível desde 2017) e contribuindo para manter os **Custos e Despesas Normalizados*** com crescimento abaixo da inflação (+1,5% A/A) após a retomada da atividade comercial;
- **EBITDA Normalizado*** atingiu **R\$ 2,1 bilhões**, crescendo **0,8% A/A**, refletindo a evolução gradual nas atividades comerciais.
- **Fluxo de Caixa Operacional Livre teve performance superlativa, crescendo 11,8% A/A** e atingindo R\$ 1,3 bilhões no trimestre.

	DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
Operacional	Base Móvel de Clientes ('000)	51.159	54.527	-6,2%	52.031	-1,7%	51.159	54.527	-6,2%
	Pré-pago	29.423	33.284	-11,6%	30.713	-4,2%	29.423	33.284	-11,6%
	Pós-pago	21.736	21.243	2,3%	21.318	2,0%	21.736	21.243	2,3%
	Base de Usuários 4G ('000)	38.826	37.703	3,0%	39.275	-1,1%	38.826	37.703	3,0%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	627	537	16,8%	606	3,5%	627	537	16,8%
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida	4.387	4.337	1,2%	3.987	10,0%	12.590	12.791	-1,6%
	Receita de Serviços	4.206	4.152	1,3%	3.926	7,1%	12.224	12.240	-0,1%
	Serviço Móvel	3.935	3.918	0,4%	3.671	7,2%	11.446	11.547	-0,9%
	Serviço Fixo	272	233	16,4%	255	6,6%	777	693	12,2%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.314)	(2.280)	1,5%	(2.003)	15,6%	(6.599)	(6.988)	-5,6%
	EBITDA Normalizado*	2.073	2.057	0,8%	1.984	4,5%	5.991	5.803	3,2%
	Margem EBITDA Normalizada*	47,3%	47,4%	-0,2p.p.	49,8%	-2,5p.p.	47,6%	45,4%	2,2p.p.
	Lucro Líquido Normalizado*	390	493	-20,9%	267	45,8%	833	987	-15,7%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	850	924	-8,0%	673	26,2%	2.427	2.519	-3,6%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Resultado Financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 66,4 milhões no 3T19 e -R\$ 1.051 milhões no 2T19). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+R\$ 35,2 milhões no 3T19 e +R\$ 865 milhões no 2T19) por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO (Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)

RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida	4.387	4.337	1,2%	3.987	10,0%	12.590	12.791	-1,6%
Receita de Serviços	4.206	4.152	1,3%	3.926	7,1%	12.224	12.240	-0,1%
Serviço Móvel	3.935	3.918	0,4%	3.671	7,2%	11.446	11.547	-0,9%
Gerada pelo Cliente	3.600	3.576	0,7%	3.360	7,1%	10.513	10.586	-0,7%
Interconexão	143	122	16,7%	139	3,0%	392	366	7,3%
Outras Receitas	192	221	-12,8%	172	11,6%	541	596	-9,2%
Serviço Fixo	272	233	16,4%	255	6,6%	777	693	12,2%
dos quais TIM Live	164	127	29,1%	148	10,5%	456	353	29,1%
Receita de Produtos	181	185	-2,3%	61	196,3%	366	551	-33,6%

Nota: em função da incorporação reversa da TIM Participações S.A. pela TIM S.A. (antiga subsidiária integral da TIM Participações S.A.) no final do mês de agosto de 2020, os resultados apresentados para o 3T20 e para o 9M20 refletem os números da TIM S.A., em linha com os publicados no ITR desta companhia. Com o intuito de mantermos uma comparação adequada do ponto de vista econômico, os números do 3T19 e do 9M19 refletem aqueles reportados pela TIM Participações em seu ITR com data base setembro de 2019.

No 3T20, a Receita Líquida totalizou R\$ 4.387 milhões, crescimento de 1,2% comparado com o terceiro trimestre de 2019. A Receita Líquida de Serviços cresceu 1,3% A/A no 3T20, retomando sua tendência de expansão após os impactos da pandemia do COVID-19, que perduraram de forma mais intensa no segundo trimestre. A Receita Líquida de Produtos, apesar da forte recuperação com a reabertura dos principais canais de vendas, apresentou uma retração de 2,3% A/A no 3T20. No comparativo em relação ao 2T20, a linha apresentou um crescimento expressivo de 196,3%, refletindo os ajustes em nossa política comercial e a boa receptividade das ofertas do dia dos pais.

No 9M20, a Receita Líquida somou R\$ 12.590 milhões, redução de 1,6%, refletindo a menor atividade comercial em função da pandemia do Covid-19, que resultou nas quedas de 0,1% na Receita de Serviços e de 33,6% na Receita de Produtos.

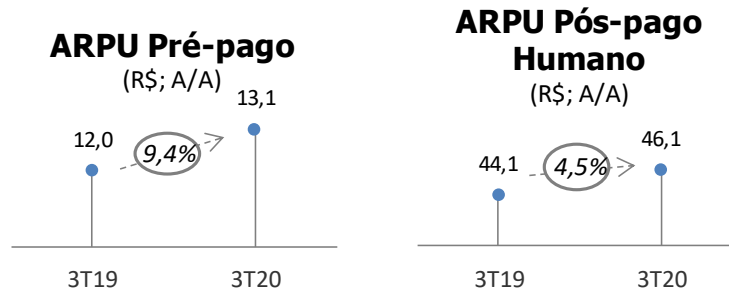
Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) somou R\$ 3.935 milhões no 3T20, registrando um aumento de 7,2% em relação ao 2T20, refletindo principalmente a recuperação no segmento pré-pago, com o aumento gradual no número de clientes recarregadores no segmento, influenciado positivamente pela reabertura da economia na maior parte das cidades brasileiras.

No comparativo com o 3T19, a RSM apresentou um **aumento de 0,4%**. A expansão deve-se principalmente à dinâmica do **ARPU Móvel (Receita Média Mensal Por Usuário)** que registrou crescimento de 6,3% A/A e atingiu R\$ 25,4, refletindo a continuidade dos esforços exitosos da companhia em monetizar sua base de clientes através das migrações para planos de maior valor no pré-pago e no pós-pago.

O ARPU dos segmentos, que exclui outras receitas móveis, apresentou **alta de 9,4% A/A no pré-pago** (R\$ 13,1) e **alta de 4,5% A/A no pós-pago (ex-M2M)** (R\$ 46,1).

Comentário do Desempenho



Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no terceiro trimestre:

- (i) No segmento pré-pago, com o retorno gradual das atividades econômicas, observamos uma recuperação consistente no número de clientes recarregadores, encerrando o trimestre em patamares muito próximos dos níveis pré-pandemia. Tivemos um aumento de 10,6% no número de clientes recarregadores no comparativo contra o 2T20; porém, ainda 2,6% abaixo em relação a igual período de 2019. A assertividade de nossa oferta, TIM Pré-Top, continua a contribuir para uma maior recorrência e expansão do ARPU no segmento. Combinando todos os efeitos, **a Receita do Pré-Pago caiu 2,0% A/A (excluindo a interconexão)**, desacelerando frente à queda do 2T (-13,0% A/A).
- (ii) O segmento pós-pago também teve boa recuperação no trimestre, após a reabertura gradual dos canais físicos de vendas no final do segundo trimestre. Ao longo do 3T, lançamos novas ofertas nos segmentos controle e pós-pago puro com o Banco C6, parceria inédita que combina serviços financeiros e de telecom, contribuindo para a boa performance na aquisição de novas linhas de Pós-Pago (+418 mil adições líquidas A/A). O reajuste de preço de parte dos planos B2C em setembro teve contribuição limitada no incremento da receita nesse trimestre. **A Receita com Clientes Pós-Pagos no trimestre teve uma alta de 1,2% A/A (excluindo a interconexão)**, versus -1,7% A/A no 2T20.

No 9M20, a RSM apresentou uma queda de 0,9% A/A, refletindo os impactos do Covid-19 e um ambiente econômico ainda desafiador, de recuperação desigual.

A Receita de Interconexão (ITX) no 3T20 registrou crescimento de 16,7% A/A, refletindo o impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel +31,2% A/A), além de um crescimento no tráfego entrante (+11,3% A/A). Após sucessivos cortes na VU-M, o aumento já previsto pela Anatel ocorreu ao final do primeiro trimestre. **A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,7% no trimestre.**

A linha de Outras Receitas apresentou queda de 12,8% A/A no 3T20, apesar do crescimento em relação ao trimestre anterior (+11,6%). A queda no comparativo anual deve-se, basicamente, a redução de multas sobre outras receitas do serviço móvel. Cabe destacar que o valor absoluto dessa linha continua sendo majoritariamente referente à receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede, em linha com a estratégia da companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

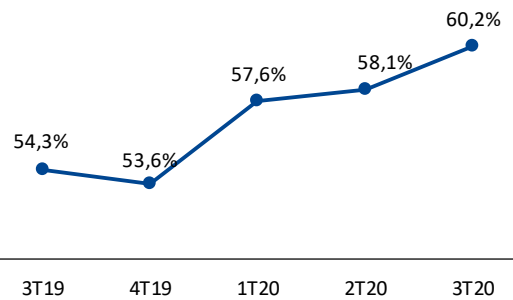
Comentário do Desempenho

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo somou R\$ 272 milhões neste trimestre, um aumento de 16,4% comparado ao 3T19.

Esta performance reflete o crescimento da **TIM Live**, que **cresceu 29,1% A/A no 3T20** e já representa aproximadamente 60% da receita de serviço fixo. Ao final de setembro, a Live estava presente em 32 municípios e continuará expandindo sua cobertura nos próximos trimestres.

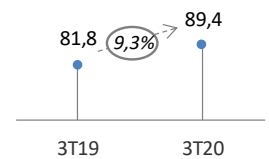
Participação Live na Receita Fixa



Os demais serviços do segmento fixo, reverteram a performance negativa no trimestre anterior e cresceram 1,2% A/A (versus -7,3% no 2T20 A/A). No 9M20, a Receita Total do Serviço Fixo totalizou R\$777 milhões, alta de 12,2% A/A.

O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live foi de R\$ 89,4, 9,3% maior que no 3T19. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de FTTH de maior valor com velocidades maiores e do reajuste de preços realizado a partir de julho/20 em parte dos planos.

ARPU TIM Live
(R\$; A/A)



Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
R\$ milhões								
Custos Reportados da Operação	(2.314)	(2.243)	3,2%	(2.003)	15,6%	(6.601)	(5.458)	20,9%
Custos Normalizados* da Operação	(2.314)	(2.280)	1,5%	(2.003)	15,6%	(6.599)	(6.988)	-5,6%
Pessoal	(261)	(247)	5,5%	(237)	10,0%	(754)	(750)	0,5%
Comercialização	(802)	(825)	-2,8%	(640)	25,2%	(2.244)	(2.559)	-12,3%
Rede e Interconexão	(665)	(543)	22,3%	(671)	-0,9%	(1.963)	(1.759)	11,6%
Gerais e Administrativos	(151)	(148)	2,3%	(131)	15,1%	(440)	(417)	5,4%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(221)	(221)	-0,2%	(82)	168,6%	(462)	(660)	-30,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(108)	(201)	-46,2%	(159)	-32,1%	(455)	(561)	-18,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(108)	(95)	13,3%	(82)	30,9%	(280)	(280)	0,0%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.094)	(2.058)	1,7%	(1.921)	9,0%	(6.137)	(6.328)	-3,0%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 75,2 milhões no 3T19 e -R\$ 1.720 milhões no 2T19), serviços jurídicos associados à decisão judicial do PIS/COFINS (+R\$ 4,4 milhões no 3T19 e +R\$ 3,5 milhões no 2T19), revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal próprio, para contingências fiscais e para contingências cíveis (+R\$ 11,2 milhões no 3T19 e +R\$ 221,8 milhões no 2T19) e perdas contratuais (+R\$ 22,4 milhões no 3T19).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R\$ 2.314 milhões no 3T20 (+3,2% A/A), alta majoritariamente explicada pelos efeitos não recorrentes contabilizados no 3T19 e relacionados a: i) créditos fiscais (impacto positivo de R\$ 75 milhões) relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; e ii) revisão do prognóstico de perdas para contingências cíveis, perdas contratuais e serviços jurídicos (impacto negativo de 38,1 milhões). Neste trimestre, a linha não foi impactada por despesas não recorrentes.

Nota: devido à adoção do IFRS 16, Custos e Despesas Operacionais, principalmente os alocados sob a linha de Rede, não são impactados por aluguéis, compartilhamentos e outros tipos de arrendamentos com prazos maiores do que 12 meses, conforme estabelecido pela norma. Deste modo, os valores dos contratos de longo-prazo relacionados ao arrendamento de infraestrutura (além de outros de menor relevância), importantes para as operações da companhia, são refletidos no Resultado sob as linhas de Depreciação e Despesas Financeiras.

No 3T20, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.314 milhões, +1,5% A/A. Apesar do retorno de custos variáveis e fixos associados à retomada mais intensa das atividades comerciais, após o período mais restritivo de isolamento social, a performance segue positivamente impactada pela sólida execução no controle de custos e pela entrega de eficiência em múltiplas frentes, a despeito da inflação registrada no período (IPCA 12M; 3,1%). **Nos primeiros nove meses do ano, os Custos e Despesas Normalizados tiveram queda de 5,6%, totalizando R\$ 6.599 milhões (vs. 6.988 milhões no 9M19).**

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

Custos com Pessoal apresentaram alta de 5,5% A/A no 3T20. Tal performance foi influenciada, principalmente, por elementos orgânicos, como inflação sobre salários e benefícios. No 9M20, a linha teve expansão menor (+0,5% A/A), dado que a redução observada no 2T20 – nas linhas de despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda – compensou parcialmente as altas do 1T20 e do 3T20.

A linha de Comercialização e Publicidade teve queda de 2,8% A/A no 3T20, refletindo mais um trimestre marcado pelas tendências estruturais, com os ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas de digitalização de processos, aumento da penetração dos canais digitais e redução das despesas com FISTEL mais do que compensando a alta com publicidade, decorrente do aumento da presença na mídia. No acumulado do ano, a queda atingiu 12,3%, relacionada a - além dos itens supracitados - um cenário de

Comentário do Desempenho

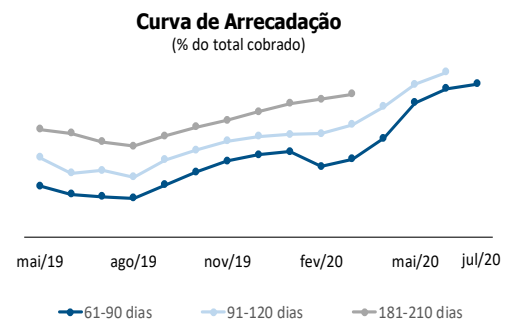
vendas mais reduzidas no 2T20, com menores despesas com comissionamento de recargas e de ativações de linhas e redução dos custos com publicidade durante a pandemia.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou alta de 22,3% A/A no 3T20, impulsionado por maiores custos no subgrupo de interconexão (ITX), explicada basicamente pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) a partir de fevereiro de 2020. As despesas de Rede, também apresentaram alta no 3T20, em decorrência de maiores custos com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura. No 9M20, Rede e Interconexão acumulam alta de 11,6%, explicada pelos mesmos motivos do trimestre.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) subiram 2,3% A/A no trimestre. Esta alta é explicada, principalmente, por um efeito líquido entre: i) maiores despesas com serviços de terceiros, aluguéis de veículos e multas; e ii) menores despesas com serviços profissionais (principalmente jurídicos) e com serviços regulares de limpeza e vigilância. No 9M20, a linha acumula alta de 5,4%, explicada por, além das razões listadas acima, maiores despesas com projetos de TI, consultorias, serviços jurídicos e administrativos no 1T20.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) ficou estável e somou R\$ 221 milhões no 3T20 (-0,2% A/A). O aumento no mix de produtos de maior valor compensou o menor volume de aparelhos vendidos. Cabe destacar que o aumento nessa linha em relação ao 2T20 (+168,6%) acompanhou a tendência da receita, tendo uma forte recuperação após a pandemia. Houve um crescimento significativo do número de aparelhos vendidos (+66%), relacionado à reabertura da maioria das lojas da TIM (o principal canal de venda de aparelhos da companhia) desde junho, assim como a ajustes na política comercial e ofertas assertivas. No 9M20, a linha acumula queda de 30,1% A/A, em função do fechamento das lojas citado anteriormente.

No 3T20, as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) apresentaram queda de 46,2% A/A, representando o segundo trimestre consecutivo de queda anual. Em uma visão sequencial a PDD também apresentou melhora (-32,1% T/T), refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação. As curvas de arrecadação vêm apresentando melhora sucessiva ao longo dos últimos meses ajudando a PDD a retornar aos níveis de 2017, totalizando R\$ 108 milhões, e representando 1,8% da Receita Bruta da TIM. No 9M20, a linha acumula queda de 18,9% A/A.



Outras Despesas Operacionais registraram alta de 13,3% A/A no 3T20, explicada por um efeito líquido entre: i) menores receitas com multas por atraso no pagamento (a companhia interrompeu a cobrança de multa por atraso no início da pandemia, retomando esta prática em agosto); ii) maior provisionamento para processos judiciais trabalhistas de terceiros; e iii) menores perdas com processos judiciais trabalhistas. No acumulado do ano, a linha está estável.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 42,0 por adição bruta no 3T20, registrando queda de 16,1% A/A. A forte redução se deu pela maior eficiência nos custos de comercialização e publicidade.

1,7
Mês de
payback

A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A atingindo 1,7 mês, frente a 2,1 meses do 3T19.

Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado*	2.073	2.057	0,8%	1.984	4,5%	5.991	5.803	3,2%
Margem EBITDA Normalizada*	47,3%	47,4%	-0,2p.p.	49,8%	-2,5p.p.	47,6%	45,4%	2,2p.p.
Total de Itens Normalizados	-	37	-100,0%	-	n.a.	(3)	1.530	n.a.
EBIT Normalizado*	683	621	10,0%	635	7,6%	1.843	1.734	6,3%
Margem EBIT Normalizada*	15,6%	14,3%	1,3p.p.	15,9%	-0,4p.p.	14,6%	13,6%	1,1p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(244)	(333)	-26,9%	(268)	-9,0%	(763)	(860)	-11,3%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(49)	206	n.a.	(100)	-50,6%	(247)	113	n.a.
Lucro Líquido Normalizado*	390	493	-20,9%	267	45,8%	833	987	-15,7%
Total de Itens Normalizados	(0)	68	n.a.	(0)	64,7%	(3)	1.716	n.a.
EBITDA Reportado	2.073	2.094	-1,0%	1.984	4,5%	5.989	7.333	-18,3%
Margem EBITDA Reportada	47,3%	48,3%	-1,0p.p.	49,8%	-2,5p.p.	47,6%	57,3%	-9,8p.p.
Depreciação & Amortização	(1.390)	(1.437)	-3,2%	(1.349)	3,0%	(4.148)	(4.069)	2,0%
Depreciação	(928)	(955)	-2,8%	(881)	5,3%	(2.744)	(2.698)	1,7%
Amortização	(463)	(482)	-4,1%	(468)	-1,2%	(1.404)	(1.371)	2,4%
EBIT	683	658	3,8%	635	7,6%	1.841	3.264	-43,6%
Margem EBIT	15,6%	15,2%	0,4p.p.	15,9%	-0,4p.p.	14,6%	25,5%	-10,9p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(244)	(267)	-8,7%	(268)	-9,0%	(763)	257	n.a.
Despesas financeiras	(313)	(423)	-25,9%	(319)	-1,8%	(953)	(1.154)	-17,4%
Receitas financeiras	75	153	-51,1%	56	34,3%	192	1.411	-86,4%
Variações cambiais, líquidas	(5)	2	n.a.	(4)	17,4%	(2)	(0)	2574,0%
Lucro antes dos impostos	439	391	12,4%	367	19,7%	1.078	3.521	-69,4%
Imposto de renda e cont. social	(49)	171	n.a.	(100)	-50,6%	(247)	(817)	-69,7%
Lucro Líquido	390	562	-30,6%	267	45,8%	830	2.704	-69,3%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Resultado Financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 64,6 milhões no 3T19 e -R\$ 1.051 milhões no 2T19). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+R\$ 35,2 milhões no 3T19 e +R\$ 865 milhões no 2T19) por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado do 3T20 totalizou R\$ 2.073 milhões, registrando um aumento de 0,8% A/A. As principais alavancas para este desempenho foram (i) a retomada do crescimento da Receita de Serviços Móveis, (ii) a manutenção de sólido crescimento da Receita de Serviços Fixos, refletindo a aceleração da TIM Live e (iii) aprofundamento de iniciativas estruturais para controle de custos/despesas.

A Margem EBITDA Normalizada atingiu 47,3%, permanecendo praticamente estável em relação ao 3T19. Esta performance foi influenciada pelo atual momento de reabertura da economia, no qual os custos fixos e variáveis da operação foram, em sua maioria, retomados, mas a Receita ainda é impactada por uma recuperação gradual das atividades comerciais ao longo do trimestre.

No 9M20, o EBITDA Normalizado cresceu 3,2% A/A e a Margem EBITDA Normalizada alcançou 47,6% (+2,2 p.p.), em função, principalmente, dos motivos explicados acima, além da forte redução dos custos variáveis em função da menor atividade comercial, impactado pelos desdobramentos da pandemia a partir das últimas semanas de março perdurando todo o segundo trimestre

A exposição do EBITDA a tarifa VU-M foi de 0,7% no 3T20. Neste trimestre, a VU-M líquida (receita – custo) ficou positiva em função de uma receita de interconexão levemente superior aos custos com a VU-M.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 3T20, D&A registrou uma queda de 3,2% A/A, explicado, principalmente, por uma redução na Depreciação de Direito de Uso de Arrendamento e na Amortização de Software. No 9M20, D&A apresentou crescimento de 2,4% A/A, explicado pela elevação na amortização da licença de 700 MHz relacionada à expansão da frequência para novas cidades nos primeiros seis meses do ano mais do que compensando os movimentos explicados acima.

Comentário do Desempenho

O EBIT Normalizado do 3T20 subiu 10,0% A/A. A Margem EBIT Normalizada fechou o trimestre em 15,6%, expandindo 1,3 p.p. contra o 3T19. No acumulado do ano, o EBIT Normalizado apresentou alta de 6,3% A/A e a Margem EBIT Normalizada atingiu 14,6%, um crescimento de 1,1 p.p..

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido do 3T20 foi negativo em R\$ 244 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 90 milhões quando comparado ao 3T19. Esta diferença reflete, principalmente, o resultado líquido entre:

- (i) Menor despesa financeira relacionada ao pagamento de PIS/COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), dado que houve declaração de JCP no 3T19 e não houve no 3T20;
- (ii) Menor despesa financeira devido à queda da taxa de juros e, consequentemente, menor *accrual* de juros da dívida;
- (iii) Receita com Juros sobre Aplicações Financeiras levemente inferior, refletindo a redução da taxa básica de juros no período, parcialmente compensada por uma posição de Caixa significativamente maior;
- (iv) Menor receita financeira advinda da atualização monetária sobre o saldo de créditos tributários provenientes do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (o saldo remanescente ao fim de cada período é corrigido pela taxa Selic até sua compensação integral, tornando-se um elemento recorrente pelos próximos anos) devido a: i) um menor saldo de créditos; e ii) uma taxa Selic mais baixa.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 3T20, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Reportados totalizaram um montante de -R\$ 49 milhões frente a +R\$ 171 milhões do 3T19, uma piora explicada, principalmente, por uma base comparativa beneficiada pela declaração de JCP.

Na visão Normalizada, houve uma piora de R\$ 255 milhões no 3T20 quando comparado a +R\$ 206 milhões do 3T19. Esta diferença é explicada, também, pela não declaração de JCP no 3T20.

No 3T20, a alíquota efetiva ficou em -11,2% vs. +71,7% no 3T19 (na visão Normalizada). No 9M20, a alíquota efetiva está em -22,9% vs. +13,0% do 9M19 (na visão Normalizada), explicada pelos mesmos motivos do 3T20.

LUCRO LÍQUIDO

No 3T20, **o Lucro Líquido Normalizado apresentou queda de 20,9% A/A frente ao 3T19, totalizando R\$ 390 milhões**, em função, principalmente, de um IR/CSLL não beneficiado pela dedutibilidade do JSCP da base de cálculo dos impostos, uma vez que não houve distribuição desta natureza no 3T20. O Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,16 ante os R\$ 0,20 (Normalizado) no 3T19. No 9M20, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R\$ 833 milhões, apresentando queda de 15,7% A/A.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	% T/T	9M20	9M19	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado*	2.073	2.057	0,8%	1.984	4,5%	5.991	5.803	3,2%
Capex	(850)	(924)	-8,0%	(673)	26,2%	(2.427)	(2.519)	-3,6%
EBITDA - Capex	1.223	1.133	7,9%	1.311	-6,7%	3.564	3.284	8,5%
Δ Capital de Giro	125	35	254,8%	279	-55,3%	(1.022)	(3.738)	-72,7%
Itens operacionais não recorrentes	-	37	-100,0%	-	n.a.	(3)	1.530	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	1.348	1.206	11,8%	1.589	-15,2%	2.539	1.076	135,9%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) do 3T20 foi positivo em R\$ 1.348 milhões, um crescimento de R\$ 142 milhões comparado ao 3T19. Este resultado reflete principalmente a redução do Capex, além da Variação do Capital de Giro mais positiva. **Nos primeiros nove meses do ano, o FCOL somou R\$ 2.539 milhões, com expansão de R\$ 1.463 milhões A/A.**

No 3T20, o EBITDA-Capex ficou em R\$ 1.223 milhões com crescimento de 7,9% A/A, levando o EBITDA-Capex sobre a Receita Líquida para 27,9% (versus 26,1% no 3T19). No 9M20, o crescimento do EBITDA-Capex foi de 8,5% A/A, enquanto o indicador de margem ficou em 28,3%.

Fazendo um exercício para excluir os efeitos dos arrendamentos financeiros desses indicadores, o EBITDA do 3T20 foi recalculado considerando os *leasings* financeiros como *leasings* operacionais e, desse modo, afetando as despesas operacionais. Assim, o EBITDA-AL (*After Lease*) menos Capex somaria R\$ 805 milhões (+10,5% A/A). No 9M20, o EBITDA-AL menos Capex totalizaria R\$ 2.290 milhões (+7,7% A/A).

CAPEX

O Capex totalizou R\$ 850 milhões no 3T20, uma redução de 8,0% comparado ao 3T19. A queda é explicada, principalmente, pela reavaliação de projetos que estavam inicialmente planejados. Após o início do isolamento social, observamos uma mudança no perfil de uso da nossa rede móvel, com isso o Capex na rede móvel foi reavaliado, enquanto os investimentos em fibra ótica estão mantidos devido à alta da demanda por banda-larga.

Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (91% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH (que recebeu aproximadamente 16% do total dos investimentos realizados no 3T20).

VARIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A Variação do Capital de Giro foi positiva em R\$ 125 milhões em comparação com R\$ 35 milhões do 3T19. O valor mais baixo no 3T19 foi ocasionado, em maior grau, pelo aumento da linha de Impostos a Recuperar, em função dos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. No 3T20, esta linha foi beneficiada, ainda, pelo uso de créditos. Além disso, em comparação com o 3T19, no terceiro trimestre de 2020, a linha foi impactada mais positivamente pela variação de Contas a Receber, devido à melhora na curva de arrecadação, e Fornecedores.

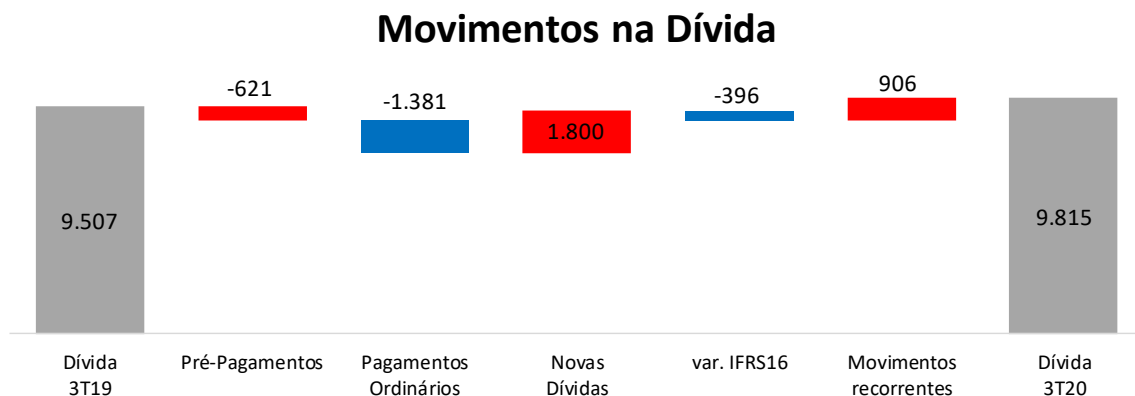
Além disso, no 1T20, houve a postergação do pagamento das taxas de fiscalização (cerca de R\$ 790 milhões) – que usualmente ocorre no mês de março – para o dia 31 de agosto. No 3T20, houve o pagamento parcial das taxas, cerca de R\$ 300 milhões, referentes ao Condecine e CFRP, impactando negativamente a Variação do Capital de Giro no Fluxo de Caixa do 3T20. O valor remanescente, relativo ao Fistel (TFF) segue em suspenso sem data definida para pagamento.

Comentário do Desempenho

A Dívida Bruta do 3T20 ficou em R\$ 9.815 milhões, um crescimento de R\$ 309 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 7.717 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 2.594 milhões e (iii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 496 milhões (reduzindo a dívida bruta).

Ao fim de setembro, o montante de financiamentos (pós-*hedge*) totalizou R\$ 2.098 milhões, sendo compostos por contratos com bancos privados estrangeiros e totalmente protegidos por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* foi de 2,6% a.a. no trimestre**, uma redução quando comparado ao custo de 6,9% a.a. do 3T19.

Conforme mencionado nos Releases de Resultados do 1T20 e 2T20, em abril, o Conselho de Administração da TIM aprovou a captação de R\$ 1.000 milhões para reforço de liquidez em antecipação a possíveis impactos que a pandemia do COVID-19 poderia ocasionar na economia. Deste montante, R\$ 574 milhões foram captados junto ao Scotiabank no mesmo mês. Ao longo do 2T20 a TIM avaliou as melhores condições para captação do saldo remanescente, contratando, em julho, R\$ 426 milhões junto ao BNP Paribas. Em julho, a TIM também amortizou integralmente as Debêntures (no valor de R\$ 1.000 milhões) originalmente distribuídas em janeiro de 2019.



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 3.638 milhões, registrando crescimento de R\$ 1.980 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 2,2% a.a., no 3T20, apresentando uma queda frente aos 5,9% a.a. do 3T19, acompanhando a redução observada da taxa Selic.

No 3T20, a Dívida Líquida totalizou R\$ 6.178 milhões, redução de R\$ 1.671 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 7.849 milhões. Esta queda é explicada pelo crescimento maior do volume de Caixa e Aplicações Financeiras em comparação com a elevação do saldo de dívida e *leasings* no período. A dívida líquida excluindo os efeitos dos arrendamentos financeiros, Dívida Líquida-AL, somaria -R\$ 1.692 milhões, ou seja, "caixa líquido" com uma melhora de R\$ 2.040 milhões versus o ano passado.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,74x no trimestre. Desconsiderando os *leasings* financeiros, a relação Dívida Líquida-AL/EBITDA-AL ficou em -0,26x no trimestre, uma redução comparada aos 0,05x do 3T19.

Comentário do Desempenho

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES**PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

No dia 7 de outubro de 2020, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 500 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). O pagamento ocorrerá no dia 10 de novembro de 2020, sendo a data de 19 de outubro de 2020 como aquela que serviu para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após a referida data estarão ex-direito de distribuição de JSCP.

QUALIFICAÇÃO COMO "STALKING HORSE" NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA "UPI DE ATIVOS MÓVEIS" DA OI

No dia 7 de setembro de 2020, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de março de 2020, 18 de julho de 2020, 27 de julho de 2020 e 7 de agosto de 2020, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em substituição à oferta vinculante revisada apresentada ao Grupo Oi em 27 de julho de 2020 ("Oferta Revisada"), em conjunto com a Telefônica Brasil S.A. ("VIVO") e a Claro S.A. ("Claro" e, conjuntamente com a TIM e com a VIVO, as "Ofertantes") uma nova proposta foi apresentada pelas Ofertantes, em 07 de setembro de 2020, por meio da qual ratificaram o valor de R\$16.500.000.000,00 (incluindo R\$756.000.000,00 por serviços a serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Ofertantes). Além desse valor, as Ofertantes assumiram o compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão, e ajustaram certos termos da Oferta Revisada.

Como resultado, as Ofertantes foram efetivamente qualificadas pelo Grupo Oi para participarem do processo competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na condição de "*stalking horse*", o que foi refletido na proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Oi. Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi do dia 8 de setembro de 2020 e homologada pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Na qualidade de "*stalking horse*", as Ofertantes terão ainda o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor que seja eventualmente apresentada no referido processo competitivo ("*right to top*").

CONCLUSÃO DA REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA E MUDANÇA DE CÓDIGOS DE NEGOCIAÇÃO ("TICKERS")

As ações da TIM passaram a ser negociadas sob novos códigos de identificação nas bolsas de valores ("tickers") do Brasil (B3) e de Nova York (NYSE) a partir do dia 13 de outubro de 2020. Na B3, o *ticker* mudou de TIMP3 para TIMS3. Na NYSE, passou a ser TIMB, e não mais TSU. A novidade foi celebrada no dia 14/10 na bolsa de valores americana, com um "*Ring the Bell*".

A mudança resulta da incorporação da TIM Participações pela subsidiária integral TIM S.A., que passou a ser a entidade listada no Novo Mercado, segmento especial da B3, destinado a empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira. A TIM continua sendo a única operadora de telefonia listada no segmento.

Comentário do Desempenho

TIM E FCA FECHAM PARCERIA INÉDITA PARA CARROS CONECTADOS

A TIM e a Fiat Chrysler Automóveis (FCA) estabeleceram uma parceria para oferecer soluções de conectividade embarcada em veículos das marcas Fiat, Jeep e RAM no Brasil a partir da primeira metade de 2021. Como parte da estratégia global de desenvolver ecossistemas para serviços conectados e potencializar a experiência digital dos clientes, futuros lançamentos da FCA no país vão contar com o eSIM, chip virtual para acesso a Wi-Fi nativo a bordo, com a qualidade da cobertura 4G e rede de Internet das Coisas ("IoT") da TIM.

A conectividade permitirá a comunicação, ativa e em tempo real, do carro com o cliente, com a FCA e com a rede de concessionárias. Os clientes da FCA se beneficiarão com uma variedade de serviços, desde conteúdos de entretenimento e segurança, até aplicativos que interagem com o veículo. Também permitirá a identificação remota de eventuais falhas no veículo com a possibilidade de diagnósticos mais ágeis e precisos. Tudo isso graças aos sensores conectados, que enviam dados continuamente para a FCA.

A parceria fortalece a presença da TIM no segmento de serviços prestados a empresas –B2B, inaugurando sua atuação na vertical de carros conectados que se junta ao sólido portfólio de soluções IoT. Ao mesmo tempo, possibilita a abertura de novas formas de atingir o cliente no segmento de serviços prestados a consumidores – B2C, através da prestação de serviços "in-car".

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	51.159	54.527	-6,2%	52.031	-1,7%	51.159	54.527	-6,2%
Pré-Pago	29.423	33.284	-11,6%	30.713	-4,2%	29.423	33.284	-11,6%
Pós-Pago	21.736	21.243	2,3%	21.318	2,0%	21.736	21.243	2,3%
Base de Usuários 4G ('000)	38.826	37.703	3,0%	39.275	-1,1%	38.826	37.703	3,0%
Market share	22,8%	23,9%	-1,1p.p.	23,1%	-0,3p.p.	22,8%	23,9%	-1,1p.p.
Pré-Pago	26,6%	27,3%	-0,7p.p.	27,0%	-0,4p.p.	26,6%	27,3%	-0,7p.p.
Pós-Pago	19,0%	19,9%	-1,0p.p.	19,1%	-0,2p.p.	19,0%	19,9%	-1,0p.p.
Pós-Pago Humano	20,2%	21,3%	-1,1p.p.	20,4%	-0,2p.p.	20,2%	21,3%	-1,1p.p.
Adições Líquidas ('000)	(873)	(444)	96,4%	(794)	9,9%	(3.288)	(1.395)	135,6%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	991	1.051	-5,7%	1.037	-4,5%	991	1.051	-5,7%
Base de Clientes TIM Live ('000)	627	537	16,8%	606	3,5%	627	537	16,8%

* Market Share = Ago/20.

SEGMENTO MÓVEL:

MERCADO GERAL

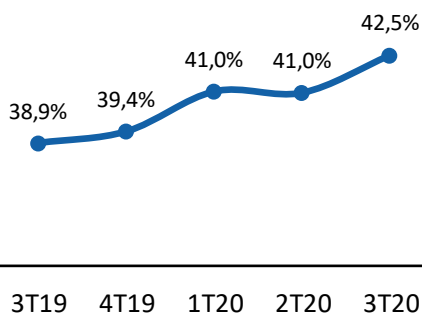
Em ago-20, o mercado móvel reportou uma leve queda anual de 0,4%, a menor desaceleração em cinco anos. O pré-pago continuou impulsionando este recuo, consequência da continuidade da tendência estrutural de consolidação de *SIM Cards*, porém, em menor intensidade aos volumes observados em períodos anteriores. O segmento perdeu 8,7 milhões de acessos nos últimos 12 meses. O pós-pago manteve o ritmo de expansão, com adições líquidas de 7,8 milhões nos últimos 12 meses. Esta é a menor diferença já registrada entre as adições dos segmentos desde 2015.

TIM

Ao final do 3T20, a TIM possuía uma base total de 51,2 milhões de acessos, queda de 6,2% A/A.

Mix de Pós-Pago na Base

(% sobre a Base Total de Usuários)



A base pós-paga reportou 21,7 milhões de linhas, um crescimento de +2,3% A/A. O *mix* do segmento na base total atingiu a maior participação já registrada, 42,5% (+3,5 p.p. A/A). As adições dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de 493 mil acessos. Mesmo com as lojas operando em ~80% da capacidade ao longo do terceiro trimestre, as adições brutas do pós-pago humano apresentaram um crescimento significativo de 75% T/T. O movimento positivo também foi observado no *churn*, com uma melhora representativa das saídas involuntárias, consequente da maior qualidade na aquisição e do crescimento da curva de arrecadação. Com este resultado a taxa de *churn* para o segmento B2C atingiu o seu

menor patamar em 2 anos.

No trimestre, reafirmando seu DNA de inovação, a Companhia iniciou a primeira parceria entre uma telco e um banco digital. As ofertas lançadas em conjunto com o C6 Bank chegaram para agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. A parceria foi marcada por números expressivos: até o momento, a abertura de contas no banco digital superou a marca de 800 mil.

A base de pré-pago encerrou o 3T20 com 29,4 milhões de acessos, uma queda de 11,6% A/A. Apesar das desconexões líquidas de 3,9 milhões de acessos nos últimos 12 meses, o trimestre apresentou o maior volume de adições brutas desde o 2T18. A combinação desta melhora com a implementação de ajustes nos parâmetros da régua de cancelamento do segmento permite uma expectativa mais positiva para a dinâmica

Comentário do Desempenho

de adições nos próximos períodos. Os indicadores de recarga continuam apresentando melhora sequencial significativa. Os níveis pré-COVID estão quase recuperados, com o mix de recarregadores na base superando a média dos dois primeiros meses do ano e o *sell out* de recargas em patamar aproximado.

A base 4G encerrou o período com 38,8 milhões de acessos, mantendo tendência de crescimento contínuo, em um ritmo menos acelerado (+3,0% A/A). O total de aparelhos com a tecnologia atingiu 83% do total dos acessos humanos (+8,7 p.p. A/A).

A base de M2M finalizou o trimestre com 4,1 milhões de acessos (+19% A/A). Com o retorno gradual da economia, a demanda está novamente em expansão no segmento, principalmente pelo setor de serviços financeiros. Excluindo-se o período de incorporação da Porto Seguro Conecta (no 2T19), o 3T20 apresentou um recorde nas adições líquidas, +280 mil acessos no trimestre.

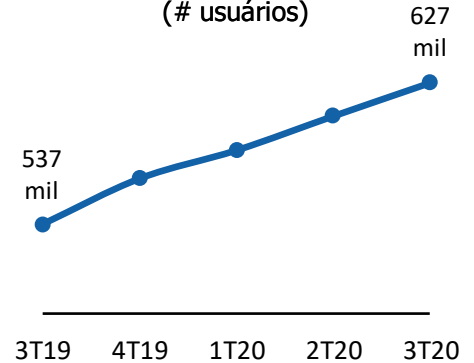
SEGMENTO FIXO:

A base TIM Live atingiu 627 mil conexões no trimestre (+16,8% A/A). As adições líquidas no FTTH apresentaram uma nova aceleração, com 37 mil acessos no 3T20 e 133 mil nos últimos 12 meses.

A maior participação de planos acima de 100 mbps no mix de vendas – superior a 70% no período – foi refletida na base, que ao final do período contava com 44% dos acessos em planos de velocidades superiores (+17,6 p.p A/A).

Encerramos o trimestre presentes em 32 localidades, sendo 30 delas com o FTTH (+50% A/A). Em outubro, dando continuidade ao plano de expansão do negócio, lançamos comercialmente mais uma cidade estratégica: Guarulhos (SP).

Evolução de Clientes TIM Live
(# usuários)



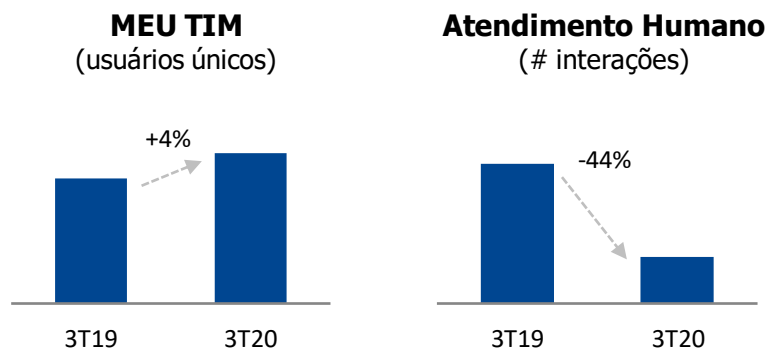
Comentário do Desempenho

QUALIDADE E REDE

QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

No terceiro trimestre de 2020, a TIM mais uma vez reforçou seu compromisso de entregar a melhor experiência para seus clientes com base na sua estratégia de **transformação digital**. Com os impactos da pandemia de COVID-19 aos poucos sendo revertidos, as diversas ações tomadas pela Companhia para garantir a qualidade e disponibilidade de seus serviços têm gerado resultados consistentes. Esses resultados foram possíveis principalmente pelas iniciativas adotadas ao longo dos anos, buscando fortalecer nosso posicionamento diferenciado, com o objetivo de proporcionar um maior empoderamento e satisfação ao cliente através de uma experiência superior. Essa estratégia corrobora com o propósito da TIM de **“evoluir juntos com coragem, transformando tecnologia em liberdade”**.

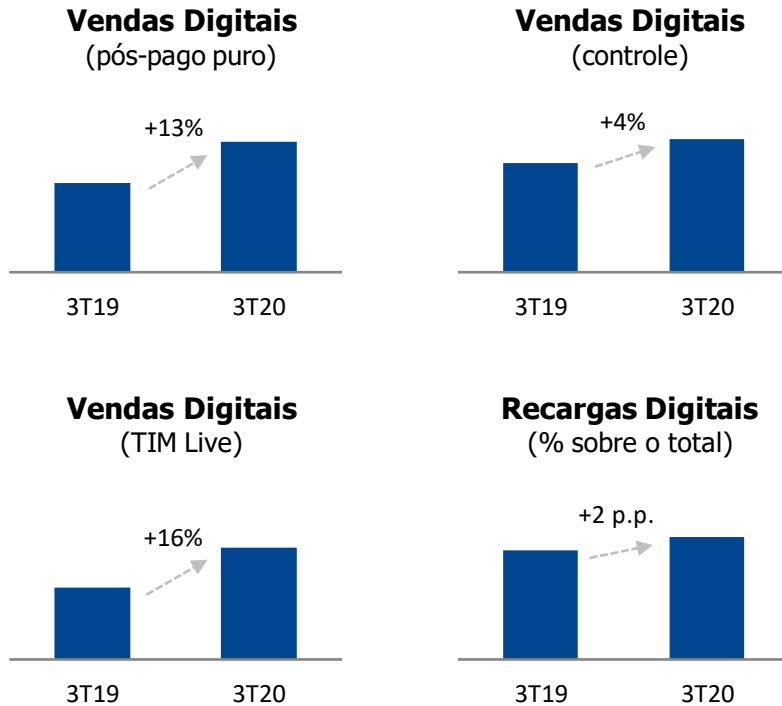
A qualidade nos processos de *caring* de clientes sempre foi fator de grande importância na mentalidade da Companhia de busca constante por eficiência. Nesse sentido, os mecanismos desenvolvidos para simplificar o autoatendimento vêm demonstrado resultados positivos. No 3T20, o Meu TIM novamente comprova ser uma ferramenta fundamental para essa simplificação dos processos de atendimento – e proporcionando maior transparência e controle a clientes no momento de gerenciarem seus planos. O crescimento de 4,3% A/A na média mensal dos usuários únicos do Meu TIM no trimestre atesta que a companhia tem obtido sucesso ao estimular e disponibilizar funcionalidades que são de interesse do cliente através dessa plataforma. A queda de 43,9% A/A nas interações via atendimento humano também reforçam a importância desse canal, reduzindo a dependência de comunicação por meio de *call centers*.



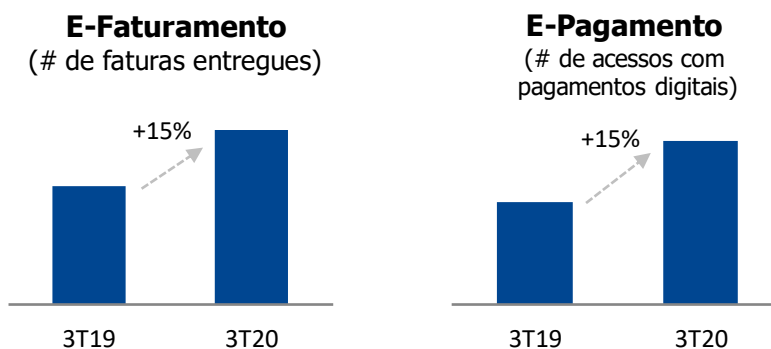
Outra iniciativa inovadora explorada pela Companhia tem sido o uso de inteligência artificial na central de relacionamento. Essas inovações visam gerar benefícios aos clientes, como a implementação de ferramentas que possam detectar de forma automática eventuais problemas nos serviços fornecidos aos usuários, sugerindo medidas corretivas ou resolvendo essas ocorrências. O autoatendimento cognitivo da TIM responde por voz em linguagem natural e em tempo real a dúvidas ou problemas dos consumidores sobre questões relacionadas aos benefícios de cada plano, pagamento de contas, além de realizar serviços como contratação de dados, desbloqueio de linhas, contestação de informações, entre outros. No 3T20, atingimos uma **média de 3,5 milhões de autoatendimentos por mês através do assistente cognitivo – já atendendo aos três principais segmentos: Pós-pago, Controle e Pré-pago**. Além da retenção atualmente existente na URA tradicional, já é possível substituir 35% das chamadas que seriam atendidas por um atendente humano pelo atendimento cognitivo com uso de inteligência artificial. Ao final do trimestre, com a entrada dessa tecnologia, foi registrado também um **aumento de 70% na retenção primária da nova URA** em comparação ao modelo anterior. Essa iniciativa, em favor de seus consumidores, corrobora com o propósito da TIM de proporcionar a melhor experiência no âmbito da transformação digital.

Comentário do Desempenho

Nas vendas, mesmo com a reabertura gradual de lojas pelo país, a abordagem de uso dos canais digitais se manteve sólida ao longo do trimestre. No período, as vendas através dos canais digitais mostraram resultados consistentes: aquisições no seguimento de pós-pago puro tiveram crescimento de 12,8% A/A, enquanto no controle *consumer* o aumento foi de 4,0% A/A e nas vendas digitais da TIM Live o avanço foi de 15,9% A/A. Já o mix de recargas digitais também manteve sua relevância, registrando aumento de ~2 p.p. A/A.



Da mesma forma, os mecanismos digitais de faturamento e pagamento mantiveram ritmo de evolução ao longo do 3T20. As faturas entregues através desses canais apresentaram evolução de 14,9% A/A. Enquanto isso, o total de clientes pagando via meios digitais cresceu 15,3% A/A em comparação ao mesmo período no ano anterior. Outra funcionalidade oferecida para clientes da TIM é a possibilidade de fazerem recargas e/ou consultas de saldo e franquia, além da oportunidade de receberem suas faturas através do WhatsApp.



EVOLUÇÃO DA REDE

Por mais um trimestre, a Companhia reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

Comentário do Desempenho

O Capex alocado em projetos de infraestrutura (Rede + TI) superou 90% do total, com a utilização de ferramentas analíticas garantindo a alocação destes recursos de forma eficiente. Entre as iniciativas mais importantes estão:

- Expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH);
- *Refarming* de frequência;
- Agregação de portadoras;
- Densificação de sites;
- Acordos de compartilhamento de rede.

Em relação as principais ações e projetos em andamento focados na modernização, eficiência e aprimoramento da nossa infraestrutura, podemos destacar:

- Instalação de múltiplos data centers buscando melhorar a experiência, sendo 14 DCC (Data Center Core) e 19 DCE (Data Center Edge) – total de 33 ao final do 3T20;
- Expansão da **cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023**;
- Expansão da **cobertura 4.5G para 1.279 cidades**;
- Expansão do uso do **4G na frequência de 700MHz para 3.023 municípios**;
- Expansão do **VoLTE, disponibilizado para 3.527 cidades**;
- Ampliação do **refarming da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 319 cidades**;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução **Massive MIMO**;
- Consolidação da rede **NB-IoT, presente em mais de 3.445 municípios**, possibilitando a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
Cidades 4G	3.545	3.355	5,7%	3.517	0,8%	3.545	3.355	5,7%
das quais 700 Mhz habilitadas	3.023	1.644	83,9%	2.640	14,5%	3.023	1.644	83,9%
das quais VoLTE habilitadas	3.527	3.253	8,4%	3.495	0,9%	3.527	3.253	8,4%
População Urbana Coberta (4G)	94%	93%	1,0p.p.	94%	0,0p.p.	94%	93%	1,0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	89%	72%	17,0p.p.	85%	4,0p.p.	89%	72%	17,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	94%	91%	3,1p.p.	93%	1,0p.p.	94%	91%	3,1p.p.
Cidades 3G	3.290	3.218	2,2%	3.287	0,1%	3.290	3.218	2,2%
População Urbana Coberta (3G)	92%	92%	0,1p.p.	92%	0,0p.p.	92%	92%	0,1p.p.

Novamente no 3T20, a **TIM garante sua liderança em cobertura 4G, atingindo 3.545 cidades ou 94% da população urbana cobertos**. O crescimento de 24% A/A nos elementos de rede desta tecnologia mais uma vez atesta o compromisso da Companhia com a evolução da qualidade e capacidade da infraestrutura da rede móvel. Esse crescimento viabilizou que o tráfego de dados no 4G atingisse seu maior nível neste trimestre, representando 89% do volume total de dados (+5,0 p.p. no A/A).

Na infraestrutura de transporte, a **TIM alcançou um total de 21.762 sites no 3T20**, sendo 81% dessas unidades conectadas através de *backhaul* de alta capacidade. Atingindo assim **mais de 105 mil km com a fibra ótica** para backbone e backhaul, um avanço de 11,1% A/A.

A expansão da cobertura da banda larga fixa também continua demonstrando evolução positiva. O FTTH iniciou atividades comerciais em mais 4 regiões neste trimestre: Belo Horizonte (MG), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF). Dessa forma, o total de *homes passed* com a tecnologia atingiu 3,1 milhões

Comentário do Desempenho

de unidades, enquanto o FTTC encerrou o 3T20 com 3,7 milhões – totalizando 6,2 milhões de domicílios em 32 cidades (FTTH + FTTC)¹.

Por fim, com um **alcance de 1.668 *Biosites* ativos ao final do 3T20**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

¹ (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Betim (MG), Contagem (MG) e Brasília (DF).

Comentário do Desempenho **ENVIRONMENTAL, SOCIAL & GOVERNANCE**

DESTAQUES ESG DO 3º TRIMESTRE DE 2020

A TIM é pioneira nos temas ESG (*"Environmental, Social & Governance"*) no setor de Telecomunicações no Brasil e vem trabalhando esses pilares há mais de uma década com uma visão de longo prazo e integrada a sua estratégia, refletindo-se em marcos importantes: 12 anos consecutivos na carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3); desde 2011, faz parte do Novo Mercado; foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União; é signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e integrante do GT de Direitos Humanos da Rede Brasileira do Pacto Global desde 2015; além disso, desde 2010 registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol e há 12 anos, publica para seus stakeholders o Relatório de Sustentabilidade de acordo com a metodologia Standards, da *Global Reporting Initiative* (*"GRI"*). Neste contexto, destacamos as principais entregas e desenvolvimentos de ESG no trimestre:

- TIM foi anunciada como integrante do novo Índice S&P B3 Brasil ESG e rankeada entre as 10 principais empresas do índice. Além disso, a Empresa foi anunciada entre as três empresas listadas na B3 com mais mulheres no Conselho de Administração, de acordo com o Índice TEVA ESG Mulheres no Conselho®, que se apresenta como o primeiro índice de diversidade e governança do Brasil.
- Em agosto, o Instituto TIM comemorou 7 anos de existência. Em todos esses anos, o Instituto TIM seguiu firme no seu propósito de democratizar a ciência, tecnologia e inovação, promovendo o desenvolvimento humano em mais de 500 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal, e beneficiando mais de 700 mil pessoas, seja por meio de iniciativas próprias ou apoiando projetos de organizações que trabalham por esse mesmo objetivo.
- Para minimizar os impactos sociais causados pela Covid-19, o Instituto TIM decidiu somar esforços à ação promovida pelo Instituto Biomob para garantir a alimentação de famílias de pessoas com deficiência de comunidades do estado do Rio de Janeiro. Ao menos 3 mil pessoas já foram beneficiadas por meio da doação de 18 toneladas de alimentos.
- Diversidade: a TIM patrocinou o AfroPresença, evento 100% online realizado pelo Ministério Público do Trabalho com apoio do Pacto Global da ONU para promover oportunidades no mercado de trabalho para jovens negros e negras universitários(as).
- Em setembro, a TIM totalizou 1.668 *biosites* instalados. Solução para a densificação da rede de acesso móvel, os *biosites* são mais sustentáveis, têm menor custo, rápida instalação, baixo impacto visual e são capazes de agregar serviços como iluminação e câmeras de segurança, além da transmissão de telecomunicações.
- O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa divulgado no Portal de Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol e Questionário de Mudanças Climáticas CDP 2020 submetido para avaliação da organização. Neste contexto, a gestão da energia é tema material para a TIM, além de constituir parte fundamental do Plano de Ambições em ESG. Atualmente, a TIM conta com um total de 19 usinas, gerando aproximadamente 13 GWh/mês e compensando o consumo de energia em baixa tensão da Companhia.
- Em 13 de outubro, a Companhia finalizou o processo de reestruturação societária que resultou na incorporação da TIM Participações pela subsidiária integral TIM S.A.. A transação se deu por troca

Comentário do Desempenho

de ações entre as empresas em um *ratio* de 1 para 1 e onde, foram mantidos todos os direitos e estruturas societárias existentes na TIM Participações, apenas um acionista exerceu seu direito de recesso. A partir desse movimento, a TIM S.A. passou a ser a única entidade listada na B3 e com ADRs na NYSE. A TIM continua sendo a única operadora de telefonia listada em segmento especial da B3, Novo Mercado, destinado a empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Para acessar o informe trimestral de *Environmental, Social & Governance* ("ESG"), favor acessar: www.tim.com.br/ri/Informe-ESG.

Comentário do Desempenho

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2020 (3T20) e ao acumulado do ano de 2020 (9M20), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

Comentário do Desempenho

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Comentário do Desempenho

Anexo 1
TIM S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	3T20	3T19	%A/A	2T20	%T/T	9M20	9M19	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	51.159	54.527	-6,2%	52.031	-1,7%	51.159	54.527	-6,2%
Pré-Pago	29.423	33.284	-11,6%	30.713	-4,2%	29.423	33.284	-11,6%
Pós-Pago	21.736	21.243	2,3%	21.318	2,0%	21.736	21.243	2,3%
Base de Usuários 4G ('000)	38.826	37.703	3,0%	39.275	-1,1%	38.826	37.703	3,0%
Market share	22,8%	23,9%	-1,1p.p.	23,1%	-0,3p.p.	22,8%	23,9%	-1,1p.p.
Pré-Pago	26,6%	27,3%	-0,7p.p.	27,0%	-0,4p.p.	26,6%	27,3%	-0,7p.p.
Pós-Pago	19,0%	19,9%	-1,0p.p.	19,1%	-0,2p.p.	19,0%	19,9%	-1,0p.p.
Adições Brutas ('000)	7.615	5.934	28,3%	5.190	46,7%	18.162	17.773	2,2%
Adições Líquidas ('000)	(873)	(444)	96,4%	(794)	9,9%	(3.288)	(1.395)	135,6%
Churn Mensal (%)	5,5%	3,9%	1,6p.p.	3,8%	1,7p.p.	4,5%	3,9%	0,7p.p.
ARPU Móvel (R\$)	25,4	23,9	6,3%	23,4	8,5%	24,2	23,3	4,0%
Pré-Pago	13,1	12,0	9,4%	11,4	15,2%	12,2	11,7	4,2%
Pós-Pago	37,8	37,5	0,8%	36,0	5,0%	37,0	37,6	-1,6%
Pós-Pago (ex-M2M)	46,1	44,1	4,5%	43,3	6,3%	44,6	43,2	3,4%
SAC/Adições Brutas (R\$)	42	50	-16,1%	35	18,6%	45	54	-16,8%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	991	1.051	-5,7%	1.037	-4,5%	991	1.051	-5,7%
Base de Clientes TIM Live ('000)	627	537	16,8%	606	3,5%	627	537	16,8%
ARPU TIM Live (R\$)	89,4	81,8	9,3%	83,9	6,5%	86,0	79,8	7,7%
Aparelhos Vendidos ('000)	145	234	-37,8%	88	65,5%	407	723	-43,7%
Colaboradores	9.409	9.540	-1,4%	9.608	-2,1%	9.409	9.540	-1,4%

* Market Share = Ago/20.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM”, “Companhia” e/ou “Empresa”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,58% do capital social da TIM em 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a TIM S.A. era controlada integralmente pela TIM Participações S.A., que posteriormente, em 31 de agosto de 2020, foi incorporada pela sua controlada.

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A. possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização Societária

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à assembleia geral extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A. nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das Companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R\$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Notas Explicativas

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A, passou a ser uma companhia listada no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e com American Depositary Receipts (“ADRs”) negociadas na Bolsa de Valores de Nova York - New York Stock Exchange (“NYSE”). Passando a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

O acervo líquido contábil em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	Notas	01/09/20		Notas	01/09/20
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	20 e 21	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8 e 9	28.515	Outros passivos		10.708
Outros ativos		166	Total do passivo circulante		11.076
Total do ativo circulante		50.640			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais	12	72.346	Provisão para processos judiciais e administrativos	23	36.850
Outros ativos		1.254	Outros passivos		29.752
			Total do passivo não circulante		66.602
Ágio (1)		308.761	Patrimônio Líquido		
Total do ativo não circulante		382.361	Capital social	24	1.719
			Reservas	24	353.604
			Total do patrimônio líquido		355.323
Total do ativo		433.001	Total do passivo e do patrimônio líquido		433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura (nota 14)	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios (nota 23)	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	<u>308.761</u>

O acervo líquido, incluindo o resultado de 8 meses da TIM Participações, no montante de R\$15.436 foi incorporado no patrimônio líquido da TIM S.A, conforme demonstrado na mutação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Comparabilidade das informações trimestrais

Para fins de melhor apresentação dos comparativos do Grupo econômico TIM, apresentamos na tabela abaixo, os resultados da TIM Participações consolidado divulgados nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2019.

	TIM Participações consolidado set/19
Receita líquida	12.790.630
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(5.769.535)
Lucro bruto	7.021.095
Receitas (despesas) operacionais:	
Comercialização	(3.775.995)
Gerais e administrativas	(1.303.979)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.323.099
	(3.756.875)
Lucro operacional	3.264.220
Receitas (despesas) financeiras:	
Receitas financeiras	1.460.737
Despesas financeiras	(1.203.789)
	256.948
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.521.168
Imposto de renda e contribuição social	(817.353)
Lucro líquido do período	2.703.815

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações trimestrais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

Notas Explicativas

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A.. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

Notas Explicativas

d. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de novembro de 2020.

e. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2020.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas informações trimestrais da Companhia.

Impactos COVID - 19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Coronavírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil.

Notas Explicativas

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica, que por sua vez pode ter implicações nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia. Embora o COVID-19 já existisse em 31 de dezembro de 2019, a gravidade do vírus e as respostas ao surto podem ter um impacto nas operações da entidade ocorridas no Brasil após 16 de março de 2020.

A Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar como uma empresa em andamento. A Companhia apresenta uma infraestrutura robusta e faz parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Não há indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências, está monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID-19 em seus negócios.

A pandemia do COVID-19 e seu potencial impacto na atividade comercial geral e na economia global podem reduzir a demanda de nossos clientes por planos ou serviços mais caros (por exemplo, *roaming*) ou até levar a cancelamentos de planos ou aumento da inadimplência, enquanto podem levar a interrupções em nossa cadeia logística, na produção ou entrega de nossos fornecedores ou em nossa capacidade de entregar nossos produtos (como novos dispositivos ou cartões SIM) ou de atender nossa rede em tempo hábil, o que pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados das operações. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações. Nos meses de junho as lojas retornaram com as atividades com impacto positivo nas vendas de aparelhos. e os impactos em nossos negócios ou nossas metas financeiras em função da pandemia não foram significativos, no entanto, ainda estamos avaliando as respostas governamentais a elas, materialmente uma prolongada desaceleração nas condições econômicas locais, regionais ou globais, pode vir a afetar os negócios da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Notas Explicativas

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 14) e seus ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 35).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 26).

(f) Arrendamento mercantil

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

Notas Explicativas

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida). As taxas incrementais de juros média da Companhia são de 9,93% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme descrito na nota 15.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	09/2020	12/2019
Caixa e bancos	52.002	101.867
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	2.072.704	2.182.181
	<u>2.124.706</u>	<u>2.284.048</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,20% (99,95% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui o montante de R\$21.959, correspondente ao acervo líquido incorporado da controladora TIM Participações (nota 1).

5. Títulos e Valores mobiliários

	09/2020	12/2019
FUNCINE ⁽¹⁾	6.634	3.849
Fundo Soberano ⁽²⁾	4.531	7.329
FIC: ⁽³⁾		
Títulos Públicos	947.831	380.782
CDB ⁽⁴⁾	12.629	7.363
Letra Financeira ⁽⁵⁾	197.227	104.169
Outros ⁽⁶⁾	350.798	142.669
	<u>1.519.650</u>	<u>646.161</u>
Parcela circulante	(1.513.016)	(642.312)
Parcela não circulante	6.634	3.849

Notas Explicativas

(1) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões, em períodos subsequentes foram feitos outros investimentos no montante de R\$ 2,4 milhões (2018) e R\$ 2,2 milhões (2019). A remuneração média em 2020 é negativa em 6,55% (9,18% em 31 de dezembro de 2019). A posição em 30 de setembro de 2020 de R\$ 6.634.

(2) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2020 é de 77,86% (97,62% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(3) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2020 dos FIC's foi de 99,08% (99,67% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(4) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(5) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(6) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

O saldo de títulos e valores mobiliários de caixa inclui o montante de R\$2.450, correspondente ao acervo líquido incorporado da controladora TIM Participações (nota 1).

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A parcela não circulante inclui o valor de R\$34.320 (R\$68.639 em 31 de dezembro de 2019) referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,15%.

Notas Explicativas

	09/2020	12/2019
Contas a receber de clientes	3.111.933	3.286.010
Contas a receber bruta	3.768.831	4.060.087
Serviços faturados	2.028.909	2.076.569
Serviços a faturar ("unbilled")	806.752	858.418
Uso de rede	391.865	438.168
Venda de mercadorias	523.116	670.573
Ativo contratual (nota 22)	10.298	15.142
Outras contas a receber	7.891	1.217
Perdas por crédito de liquidação esperada	(656.898)	(774.077)
Parcela circulante	(2.986.094)	(3.182.935)
Parcela não circulante	125.839	103.075

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	09/2020	12/2019
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	774.077	686.928
Constituição de provisão	455.357	748.291
Baixas de Provisão	(572.536)	(661.142)
Saldo Final	656.898	774.077

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	09/2020	12/2019
Total	3.768.831	4.060.087
A vencer	2.695.645	2.593.744
Vencidos até 30 dias	275.637	328.457
Vencidos até 60 dias	87.336	146.200
Vencidos até 90 dias	62.021	149.852
Vencidos a mais de 90 dias	648.192	841.834

Notas Explicativas

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	09/2020	12/2019
Total Estoques	206.862	203.278
Estoques	219.770	214.889
Aparelhos celulares e tablets	149.716	146.295
Acessórios e cartões pré-pagos	58.424	61.436
TIM chips	11.630	7.158
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.908)	(11.611)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	09/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.204.812	1.243.633
ICMS	1.162.056	1.201.502
Outros	42.756	42.131
Parcela circulante	(371.170)	(420.284)
Parcela não circulante	833.642	823.349

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

As principais variações foram: (i) queda sobre as aquisições de ativo imobilizado e; (ii) aumento em patrocínios culturais e esportivos, onde abatemos o ICMS mensalmente respeitando a limitação exigida pelo Estado.

Notas Explicativas

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	09/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.693.872	3.734.417
Imposto de renda e contribuição social (i)	374.526	428.443
PIS / COFINS (ii)	2.267.488	3.244.549
Outros	51.858	61.425
Parcela circulante	(1.553.003)	(1.366.809)
Parcela não circulante	1.140.869	2.367.608

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos dentro do prazo prescricional de até 5 anos.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Em junho de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores, foi registrado o montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A., incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

No 3º trimestre de 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R\$ 846 milhões. Deste montante, em agosto de 2020, foram compensados R\$ 632 milhões de débitos de IRPJ e CSLL, relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, resultantes de recálculo da apuração para acrescentar às bases de cálculo desses tributos o indébito oriundo processo mencionado.

Em setembro de 2020, após utilização de parte do estoque de créditos da TIM S.A., no total de R\$ 1.207 milhões, encontram-se registrados os montantes de R\$ 1.757 milhões, sendo R\$ 1.107 milhões de principal e R\$ 650 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A.); e R\$ 150,5 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 75,5 milhões de atualização monetária (antiga Intelig Telecomunicações Ltda.).

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	09/2020	12/2019
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	415.435	800.711
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	306.977	246.427
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	233.323	271.611
Ajuste a valor presente – licença 3G	5.725	7.182
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	29.426	27.434
Provisão para participação dos empregados	18.903	23.539
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	218.602	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(166.606)	(13.139)
Juros capitalizados 4G	(269.902)	(291.783)
Custo atribuído – TIM S.A.	(57.144)	(67.748)
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS (2)	-	(1.023.928)
Ajustes norma IFRS16	288.134	209.234
Depreciação acelerada (3)	(194.271)	-
Outros	24.161	89.852
	<u>482.269</u>	<u>(78.230)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	-	-
	<u>482.269</u>	<u>(78.230)</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>482.269</u>	<u>-</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>-</u>	<u>(78.230)</u>

(1) Representada principalmente pela taxa Fistel, referente ao exercício de 2020, cujo o início do seu pagamento foi postergado, com base na Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020.

(2) Em agosto de 2020, em razão da movimentação processual, o valor foi integralmente realizado a partir do recálculo do IRPJ e da CSLL, referente ao período findo em dezembro de 2019, com o objetivo de acrescentar às bases de cálculo desses tributos o crédito decorrente do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

(3) A TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na IN nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 194.271 até 30 de setembro de 2020.

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A., uma vez que as projeções indicam lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875 milhões (R\$1.757 milhões em 30 de setembro de 2020) , constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões (R\$150,5 milhões em 30 de setembro de 2020), valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferenci-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões. Em agosto de 2020, em razão da movimentação processual, o valor foi integralmente realizado a partir do recálculo do IRPJ e da CSLL, referente ao período findo em dezembro de 2019, com o objetivo de acrescentar às bases de cálculo desses tributos o crédito decorrente do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2020	2.823
2021	275.425
2022	137.187
Prejuízos fiscais e base negativa	415.435
Diferenças temporárias	66.834
Total	482.269

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$385.276 durante o período findo em 30 de setembro de 2020 (R\$95.389 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

11. Despesas antecipadas

	09/2020	12/2019
	339.674	241.767
Fistel (1)	75.465	-
Propagandas não veiculadas (2)	30.879	854
Aluguéis e seguros	65.797	72.052
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (3)	124.105	158.093
Outros	43.428	10.768
Parcela circulante	(275.403)	(173.139)
Parcela não circulante	64.271	68.628

(1) A taxa Fistel (Condecine), paga em agosto de 2020, refere-se ao exercício de 2020 e está sendo apropriada mensalmente ao resultado do período a proporção de 1/12 avos.

(2) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(3) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	09/2020	12/2019
	863.920	919.850
Cível	341.767	347.890
Trabalhista	171.653	207.691
Tributário	200.847	201.282
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	149.542	162.876

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Notas Explicativas

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 70.347 (R\$ 69.326 em 31 de dezembro de 2019).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 53.081 (R\$ 73.326 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 8.839 (R\$ 10.342 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 19.022 (R\$ 18.855 em 31 de dezembro de 2019).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.291 (R\$ 11.173 em 31 de dezembro de 2019).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.891 (R\$ 7.878 em 31 de dezembro de 2019).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.484 (R\$ 3.457 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.506 (R\$ 3.471 em 31 de dezembro de 2019).
- (h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 58.664 (R\$ 57.943 em 31 de dezembro de 2019).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 14.505 (R\$ 7.984 em 31 de dezembro de 2019).
- (j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.695 (R\$ 0,108 em 31 de dezembro de 2019).

13. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em set/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	2.864.982	(624.500)	-	45.599.233
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	6.650	(172.680)	2.459.977	25.111.628
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	54.219	867.808
Aparelhos em comodato	2.489.995	641	(5.348)	120.524	2.605.812
Infraestrutura	6.096.847	-	(6.267)	174.218	6.264.798
Bens de informática	1.721.251	1	(7.470)	50.789	1.764.571
Bens de uso geral	859.505	1	(1.101)	36.426	894.831
Direito de uso em arrendamentos (1)	6.933.416	1.127.616	(431.230)	-	7.629.802
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.730.073	(404)	(2.896.153)	419.189
	-	-	-	-	-
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(2.760.067)	264.751	-	(28.241.903)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.370.218)	163.726	-	(17.595.705)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(54.194)	-	-	(464.761)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(106.895)	1.139	-	(2.362.619)
Infraestrutura	(3.593.833)	(324.915)	5.770	-	(3.912.978)
Bens de informática	(1.565.309)	(47.093)	7.462	-	(1.604.940)
Bens de uso geral	(590.658)	(36.064)	784	-	(625.938)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(820.688)	85.870	-	(1.674.962)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	104.915	(359.749)	-	17.357.330
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.363.568)	(8.954)	2.459.977	7.515.923
Cabos de fibra ótica	403.022	(54.194)	-	54.219	403.047
Aparelhos em comodato	233.132	(106.254)	(4.209)	120.524	243.193
Infraestrutura	2.503.014	(324.915)	(497)	174.218	2.351.820
Bens de informática	155.942	(47.092)	(8)	50.789	159.631
Bens de uso geral	268.847	(36.063)	(317)	36.426	268.893
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	306.928	(345.360)	-	5.954.840
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.730.073	(404)	(2.896.153)	419.189

(1) O valor de R\$431.230 é representado por cancelamentos de contratos, principalmente de lojas e quiosques, *ran sharing* e veículos e também pela revisão das premissas utilizadas na aplicação da norma IFRS16.

Notas Explicativas

	Saldo em dez/18	Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações (*)	Saldo em dez/19
Total do Custo do Imobilizado Bruto	33.838.454	5.256.114	4.855.685	(183.384)	-	(408.118)	43.358.751
Equipamentos de comutação / transmissão	20.811.898	-	17.663	(133.788)	2.121.908	-	22.817.681
Cabos de fibra ótica	762.175	-	-	-	51.414	-	813.589
Aparelhos em comodato	2.313.945	-	519	(20.194)	195.725	-	2.489.995
Infraestrutura	6.133.813	-	-	(18.684)	294.848	(313.130)	6.096.847
Bens de informática	1.679.326	-	-	(9.366)	51.291	-	1.721.251
Bens de uso geral	796.839	-	-	(623)	63.289	-	859.505
Direito de uso em arrendamentos	-	5.256.114	1.772.290	-	-	(94.988)	6.933.416
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.664	-	3.065.213	(729)	(2.778.475)	-	1.585.673
Total Depreciação Acumulada	(22.634.832)	-	(3.262.727)	150.972	-	-	(25.746.587)
Equipamentos de comutação / transmissão	(14.941.728)	-	(1.577.483)	129.998	-	-	(16.389.213)
Cabos de fibra ótica	(345.532)	-	(65.035)	-	-	-	(410.567)
Aparelhos em comodato	(2.132.226)	-	(131.342)	6.705	-	-	(2.256.863)
Infraestrutura	(3.157.889)	-	(440.225)	4.281	-	-	(3.593.833)
Bens de informática	(1.512.107)	-	(62.568)	9.366	-	-	(1.565.309)
Bens de uso geral	(545.350)	-	(45.930)	622	-	-	(590.658)
Direito de uso em arrendamentos	-	-	(940.144)	-	-	-	(940.144)
Total Imobilizado líquido	11.203.622	5.256.114	1.592.958	(32.412)	-	(408.118)	17.612.164
Equipamentos de comutação / transmissão	5.870.170	-	(1.559.820)	(3.790)	2.121.908	-	6.428.468
Cabos de fibra ótica	416.643	-	(65.035)	-	51.414	-	403.022
Aparelhos em comodato	181.719	-	(130.823)	(13.489)	195.725	-	233.132
Infraestrutura	2.975.924	-	(440.225)	(14.403)	294.848	(313.130)	2.503.014
Bens de informática	167.219	-	(62.568)	-	51.291	-	155.942
Bens de uso geral	251.489	-	(45.930)	(1)	63.289	-	268.847
Direito de uso em arrendamentos	-	5.256.114	832.146	-	-	(94.988)	5.993.272
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.664	-	3.065.213	(729)	(2.778.475)	-	1.585.673

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(i) Representado pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Basicamente referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, veículos, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Veículos	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.172.142	6.988	479.472	1.539.913	794.757	5.993.272
Adições no período	361.132	4.926	127.355	144.648	489.555	1.127.616
Cancelamentos no período	(194.381)	(16.263)	(150.355)	(59.134)	(11.097)	(431.230)
Depreciação	(306.198)	4.349	(44.779)	(140.543)	(247.647)	(734.818)
Saldos em 30 de setembro de 2020	3.032.695	-	411.693	1.484.884	1.025.568	5.954.840
Vida útil - %	11,79	38,35	18,13	11,02	28,03	

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2019, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Até o momento, não há indícios de necessidade de alteração na vida útil, porém, a avaliação completa será finalizada até o final de 2020.

14. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos para aquisição da licença 4G e limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida até setembro/19, quando o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicadores de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em set/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	748.822	(974)	-	30.977.207
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(974)	662.061	18.845.469
Autorizações	9.811.794	-	22.623	-	83.601	9.918.018
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	-	-	-	169.327
Outros ativos	327.361	-	-	-	1.475	328.836
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	-	726.199	-	(747.137)	188.337
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)		(1.404.876)	974	-	(21.964.934)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(978.030)	974	-	(16.070.222)
Autorizações	(5.278.413)	-	(402.215)	-	-	(5.680.628)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(5.822)	-	-	(66.026)
Outros ativos	(129.249)	-	(18.809)	-	-	(148.058)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(656.054)	-	-	9.012.273
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(978.030)	-	662.061	2.775.247
Autorizações	4.533.381	-	(379.592)	-	83.601	4.237.390
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	(5.822)	-	-	103.301
Outros ativos	198.112	-	(18.809)	-	1.475	180.778
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	-	726.199	-	(747.137)	188.337

Notas Explicativas

	Saldo em dez/18	Adições/ Amortização	Transferências	Outras movimentações	Saldo em dez/19
Total Custo do Intangível Bruto	28.999.209	961.213	-	(98.633)	29.861.789
Direito de uso de softwares	17.142.641	-	1.041.741	-	18.184.382
Autorizações	7.638.972	26.969	2.255.623	(109.770)	9.811.794
Ágio	1.159.649	-	-	-	1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.201	-	-	(28.874)	169.327
Outros ativos	307.654	-	19.707	-	327.361
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.092	934.244	(3.317.071)	40.011	209.276
Total Amortização Acumulada	(18.684.775)	(1.876.257)	-	-	(20.561.032)
Direito de uso de softwares	(13.681.086)	(1.412.080)	-	-	(15.093.166)
Autorizações	(4.845.642)	(432.771)	-	-	(5.278.413)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(52.441)	(7.763)	-	-	(60.204)
Outros ativos	(105.606)	(23.643)	-	-	(129.249)
Total Intangível Líquido	10.314.433	(915.044)	-	(98.633)	9.300.756
Direito de uso de softwares	3.461.555	(1.412.080)	1.041.741	-	3.091.216
Autorizações (f)	2.793.330	(405.802)	2.255.623	(109.770)	4.533.381
Ágio	1.159.649	-	-	-	1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	145.759	(7.763)	-	(28.874)	109.122
Outros ativos	202.047	(23.643)	19.707	-	198.111
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	934.244	(3.317.071)	40.011	209.277

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

Notas Explicativas

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A Companhia adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM S.A. em 29 de agosto de 2012.

A Companhia registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.648.

Em 31 de agosto a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da controladora TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$ 157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A.

Em 2019 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* são irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia entende que não há necessidade de realizar provisão para *impairment*.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 15).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em setembro de 2019, o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.375

Notas Explicativas

15. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A Companhia reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	09/2020	12/2019
LT Amazonas	152.202	156.378
	152.202	156.378
Parcela circulante	(4.812)	(4.931)
Parcela não circulante	147.390	151.447

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A.. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela Companhia é de R\$ 299.236 (R\$ 316.641 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2021	23.206	4.812
Outubro de 2021 a setembro de 2025	92.826	28.920
Outubro de 2025 em diante	183.204	118.470
	<u>299.236</u>	<u>152.202</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 152.202 (R\$ 156.378 em 31 de dezembro de 2019) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 48.991.

Passivo

	09/2020	12/2019
LT Amazonas (i)	272.250	276.233
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.176.826	1.192.596
Outros (iv)	109.050	115.973
Sub-total	1.558.126	1.584.802
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamento mercantil - Rede	3.234.854	3.294.261
Arrendamento mercantil - Veículos	-	3.005
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	192.102	255.857
Arrendamento mercantil - Imóveis	260.969	243.921
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.584.822	1.600.456
Arrendamento mercantil - Fibra	1.038.515	798.568
Sub-total pela adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2)	6.311.262	6.196.068
Total	7.869.388	7.780.870
Parcela circulante	(953.405)	(873.068)
Parcela não circulante	<u>6.915.983</u>	<u>6.907.802</u>

O montante de juros pagos no período findo em 30 de setembro de 2020 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$ 434.365.

A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 35.

Notas Explicativas

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2021	44.079	12.595
Outubro de 2021 a setembro de 2025	176.315	46.710
Outubro de 2025 em diante	348.102	212.945
	<u>568.496</u>	<u>272.250</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 568.496. Seu valor presente é de R\$ 272.250, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$ 70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela Companhia e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* - "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2021	187.720	27.265
Outubro de 2021 a setembro de 2025	750.881	146.873
Outubro de 2025 em diante	1.850.971	1.002.688
	<u>2.789.572</u>	<u>1.176.826</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 2.789.572. Seu valor presente é de R\$ 1.176.826 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até setembro de 2021	Outubro de 2021 a setembro de 2025	Outubro de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.387.711	4.475.942	2.952.236	8.815.889	6.311.262
Arrendamento mercantil - rede	647.176	2.283.455	1.602.260	4.532.891	3.234.854
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	63.062	127.654	10.702	201.418	192.102
Arrendamento mercantil - Imóveis	52.834	193.756	159.317	405.907	260.969
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	303.957	1.028.986	1.179.957	2.512.900	1.584.822
Arrendamento mercantil - Fibra	320.682	842.091	-	1.162.773	1.038.515

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro de 2020 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 9,93%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 30 de setembro de 2020 é de R\$23.238 (R\$61.583 em 30 de setembro de 2019).

Notas Explicativas

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil em torres de transmissão.

16. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 30 de setembro de 2020, esse crédito é de R\$ 57.684 (R\$33.090 em 31 de dezembro de 2019).

17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	09/2020	12/2019
	2.176.054	3.916.048
Moeda nacional	1.966.325	3.762.674
Fornecedores de materiais e serviços (a)	1.847.720	3.660.528
Interconexão (b)	86.150	67.396
Roaming (c)	1.381	441
Co-billing (d)	31.074	34.309
Moeda estrangeira	209.729	153.374
Fornecedores de materiais e serviços (a)	161.314	115.694
Roaming (c)	48.415	37.680
Parcela Circulante	2.176.054	3.916.048

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

18. Autorizações a pagar

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	09/2020	12/2019
Renovação de autorizações (i)	180.156	199.363
Dívida ANATEL atualizada (ii)	139.053	126.974
	319.209	326.337
Parcela circulante	(65.086)	(88.614)
Parcela não circulante	254.123	237.723

- (1) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 180.156 (R\$ 199.363 em 31 de dezembro de 2019).
- (2) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 139 milhões em 30 de setembro de 2020) o qual ainda está pendente de julgamento.

Notas Explicativas

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de setembro de 2020, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 – fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

Notas Explicativas

19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>set/20</u>	<u>dez/19</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 2,52% a.a.	Jul/22	-	240.008
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	-	374.461
BNDES (PSI) (1)	R\$	3,50% a.a.	Jan/21	-	18.071
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	421.529	330.217
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	Jul/20	-	1.025.965
Cisco Capital (2)	USD	2.50% a.a.	Dez/20	28.423	40.366
BAML (2)	EUR	0,279% a.a.	Ago/21	591.905	-
Scotia (2)	USD	1,734% a.a.	Ago/21	1.118.587	-
BNP Paribas (2)	USD	2,822% a.a.	Jan/22	433.417	-
Total				2.593.861	2.029.088
Circulante				(1.835.290)	(1.384.180)
Não circulante				758.571	644.908

Garantias

(1) Determinados recebíveis da Companhia.

(2) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque. A Companhia vem atendendo aos índices financeiros definidos. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizados (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até agosto de 2020. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito "B" deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de IPCA mais juros de até 2,99% ao ano e sua disponibilidade se estende até março de 2021, sem quaisquer obrigações de desembolso. Até a presente data, ambos os instrumentos continuam vigentes e em tratativas de negociação junto ao BNDES para que haja a extensão do prazo para desembolso. A negociação

Notas Explicativas

objetiva trazer maior flexibilidade à Companhia e formalizar adequações contratuais de cunho comercial que refletem o novo cenário de exposição entre as partes.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como mutuário, uma nova linha de crédito no valor principal de R\$ 752 milhões, garantidos por fianças e recebíveis. O acordo tem um prazo total de 8 anos, sendo 3 de carência e 5 de amortização, para subsidiar o plano de capex da empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) na região Nordeste. A Linha de Crédito é dividida em duas parcelas sendo: i) R\$325 milhões a IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R\$427 milhões a IPCA + 1,76% a.a. ou IPCA +1,48% considerando 15% de bônus de conformidade. Desembolso em parcelas previstas para 2020, 2021 e 2022.

Em julho de 2020, a Companhia liquidou no vencimento as debentures emitidas em janeiro de 2019, no montante de R\$1.018 milhões.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 30 de setembro 2020
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Ago/20	-	-	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Ago/20	-	-	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/21	390.000	390.000	-
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				1.142.479	1.142.479	-

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Como resultado da estratégia de gestão mais eficiente de empréstimos e financiamentos, em fevereiro de 2020 a Companhia pré-pagou sua dívida total com o BNDES com custo de 171% do CDI, substituindo-a por novos empréstimos com o Bank of America Merrill Lynch (BAML) e o The Bank of Nova Scotia (Scotia), com custo médio de 108,3% do CDI.

Em abril de 2020 a Companhia contratou um novo empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia no valor de R\$ 574,2 milhões, com custo de 155% do CDI e prazo de 1 ano, que visa fortalecer o caixa durante o período de crise gerado pela pandemia.

Em maio de 2020, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas no valor de R\$ 426 milhões com custo de 155% do CDI e prazo de 1,5 ano. O desembolso do empréstimo ocorreu em julho de 2020. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa durante o período de crise gerada pela pandemia.

Notas Explicativas

A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e euro em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*” (vide nota 35).

Os empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2020 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2021	46.539
2022	524.447
2023	47.094
2024	110.619
2025	29.872
	<u>758.571</u>

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2020	83.092
2021	1.798.737
2022	524.447
2023	47.094
2024	110.619
2025	29.872
	<u>2.593.861</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto a Cisco e ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Bank of America e BNP Paribas, considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de setembro são, respectivamente, R\$ 1.123.522, R\$ 588.951 e R\$ 445.322.

Notas Explicativas

20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	09/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	814.425	466.072
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	356.762	377.105
Impostos e Taxas ANATEL (1)	387.177	22.009
Imposto sobre Serviço - ISS	64.410	61.148
Outros	6.076	5.810
Parcela circulante	(811.342)	(463.075)
Parcela não circulante	3.083	2.997

(1) A taxa Fistel, referente ao exercício de 2020, teve o início do seu pagamento postergado, com base na Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020.

21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	09/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	464.611	482.799
Imposto de renda e contribuição social	328.982	346.097
PIS / COFINS	101.922	104.514
Outros (*)	33.707	32.188
Parcela circulante	(251.777)	(270.489)
Parcela não circulante	212.834	212.310

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

Notas Explicativas

22. Receitas diferidas

	09/2020	12/2019
Receitas diferidas	990.583	1.109.112
Serviços a prestar pré-pago (1)	140.121	186.310
Subvenções Governamentais (2)	28.817	42.159
Swap de rede (3)	-	2.713
Receitas antecipadas	11.826	11.651
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	802.446	843.017
Passivo contratual (5)	7.373	23.262
Parcela circulante	(218.447)	(281.930)
Parcela não circulante	772.136	827.182

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de setembro de 2020 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 30 de setembro de 2020 e de R\$28.817 (R\$42.159 em 31 de dezembro de 2019). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 28).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas.

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 15).

(5) Contratos com clientes. O saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	09/2020	12/2019
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.020.899	2.413.865
Ativo contratual (nota 6)	10.298	15.142
Passivo contratual	(7.373)	(23.262)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2020	(8.120)
Adições	5.549
Baixas	5.496
Saldo em 30 de setembro de 2020	2.925

Notas Explicativas

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2020	2021	2022
Ativo (passivo) contratual	2.413	1.261	(749)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15 / CPC 47, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	09/2020	12/2019
Provisão para processos judiciais e administrativos	885.634	703.522
Cível (a)	258.527	208.202
Trabalhistas (b)	218.334	208.224
Tributária (c)	379.598	254.833
Regulatória (d)	29.175	32.263

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	set-20
	703.522	125.956	257.191	(309.865)	108.830	885.634
Cível (a)	208.202	4.501	177.080	(190.625)	59.369	258.527
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	48.490	(114.572)	30.501	218.334
Tributária (c)	254.833	75.646	34.823	(4.598)	18.894	379.598
Regulatória (d)	32.263	118	(3.202)	(70)	66	29.175

Notas Explicativas

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$145.360 (R\$ 135.290 em 31 de dezembro de 2019) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$55.374 (R\$31.221 em 31 de dezembro 2019).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$18.714 (R\$ 12.812 em 31 de dezembro de 2019).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$32.575 (R\$27.039 em 31 de dezembro de 2019).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$591 (R\$ 498 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.411 (R\$ 1.342 em 31 de dezembro de 2019).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.868 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2020 (2.304 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 209.465 atualizado monetariamente (R\$ 208.224 em 31 de dezembro de 2019). Durante o exercício de 2019, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 30 de setembro de 2020, o provisionamento destas causas totaliza R\$ 41.357 atualizado monetariamente (31 de dezembro de 2019 – R\$ 57.859).

c. Processos tributários

	09/2020	12/2019
Tributos Federais	229.552	155.495
Tributos Estaduais	144.427	93.790
Tributos Municipais	5.619	5.548
	<u>379.598</u>	<u>254.833</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Notas Explicativas

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta cinquenta e um processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 8.339 (R\$ 9.560 em 31 de dezembro de 2019), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.760 (R\$ 14.564 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 38.479 (R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 58.837 (R\$ 58.116 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Em junho de 2020, a empresa constitui provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado para setembro de 2020 é de R\$ 5.294 (sem correspondente em dezembro/2019).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e três processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 36.365 (R\$ 23.558 em 31 de dezembro de 2019), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.118 (R\$ 5.037 em 31 de dezembro de 2019), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.701 (R\$ 15.460 em 31 de dezembro de 2019), (iv) lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 11.022 (R\$ 10.826 em 31 de dezembro de 2019) e (v) subsídios para *handset*, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.746 (R\$ 8.644 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2020, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 29.175 (R\$ 32.263 em 31 de dezembro de 2019).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	09/2020	12/2019
	17.726.405	18.337.227
Cível (e.1)	1.079.437	1.035.308
Trabalhista e previdenciária (e.2)	341.564	398.886
Tributária (e.3)	16.187.487	16.194.922
Regulatória (e.4)	117.917	708.111

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	09/2020	12/2019
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	250.780	374.860
ANATEL (e.1.2)	230.715	220.526
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	128.340	32.847
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	183.389	180.226
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	148.260	125.201
Outros (e.1.6)	137.953	101.648
	<u>1.079.437</u>	<u>1.035.308</u>

Notas Explicativas

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 538 atualizado (R\$538 em 31 de dezembro de 2019), esta redução ocorreu pela reclassificação de um processo para o risco remoto em razão do andamento do mesmo) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições

Notas Explicativas

previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$ 9.693 em 30 de setembro de 2020.

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$ 1.513 atualizado (R\$1.559 em 31 de dezembro de 2019).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.069 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2020 (3.881 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 350.432 atualizado (R\$424.394 em 31 de dezembro de 2019).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços de *call center*, cujos valores somam R\$ 13.227 atualizado.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	09/2020	12/2019
	16.187.487	16.194.922
Tributos Federais (e.3.1)	4.225.187	4.253.354
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.260.843	8.246.869
Tributos Municipais (e.3.3)	725.000	703.132
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.976.457	2.991.567

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.583.843 (R\$ 11.474.961 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.225.187 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 4.253.354 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Notas Explicativas

- a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.707.928 (R\$ 2.672.754 em 31 de dezembro de 2019).
- b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 197.761 (R\$ 203.302 em 31 de dezembro de 2019)
- c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 67.405 (R\$ 66.164 em 31 de dezembro de 2019).
- d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 258.899 (R\$ 256.833 em 31 de dezembro de 2019).
- e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 398.589 (R\$ 427.233 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 8.260.843 (R\$ 8.246.869 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.057.309 (R\$ 1.053.411 em 31 de dezembro de 2019).
- b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 491.477 (R\$ 887.637 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 621.279 (R\$ 731.864 em 31 de dezembro de 2019).
- d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de

Notas Explicativas

substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 30 de setembro de 2020, o montante envolvido é de R\$ 3.344.422 (R\$ 3.284.473 em 31 de dezembro de 2019).

- e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 134.158 (R\$ 131.057 em 31 de dezembro de 2019).
- f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 511.497 (R\$ 138.684 em 31 de dezembro de 2019).
- g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 252.456 (R\$ 198.505 em 31 de dezembro de 2019).
- h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 196.967 (R\$ 180.920 em 31 de dezembro de 2019).
- i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 256.732 (R\$ 249.659 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 725.000 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 703.132 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 149.600 (R\$ 147.572 em 31 de dezembro de 2019).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 384.066 (R\$ 300.669 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 125.678 (R\$ 120.503 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R\$ 2.976.457 (R\$ 2.991.567 em 31 de dezembro de 2019). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Notas Explicativas

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2020, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 117.917 (R\$ 708.111 em 31 de dezembro de 2019). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL, onde tais processos foram extintos nas esferas administrativas.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

24. **Patrimônio líquido**

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (42.296.789.606 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social, a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R\$13.477.891.

Em 28 de setembro, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	09/2020	12/2019
	394.586	36.154
Reserva especial de ágio	353.604	-
Opções de compra de ações	40.982	36.154

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da controladora Tim Participações S.A.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 25).

Notas Explicativas

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de setembro de 2020, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 1.612.019 (R\$1.612.019 em 31 de dezembro de 2019).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de outubro de 2018, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	3.860.162
	3.860.162
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(194.161)
(-) Constituição da reserva legal	(183.300)
Lucro líquido ajustado	3.482.701
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	870.675
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	1.183.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.183.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(177.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	1.005.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados. No decorrer de 2019, o montante total de juros sobre o capital próprio aprovados foi de R\$ 1.183.000 e o total pago foi de R\$ 937.542. O saldo em 30 de setembro de 2020 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$46.745.

Dividendos não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

25. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM AS em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O

Notas Explicativas

Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções/ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base (R\$)	Saldo no início do período	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do período
Plano 2018-2020 – 3 Outorga	796.054	abr/23	14,40	796.054	-	-	-	-	796.054
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	930.662	jul/22	11,28	897.244	-	(309.557)	-	-	587.687
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	abr/21	14,41	286.304	-	(105.143)	-	-	181.161
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	8,10	419.340	-	(124.277)	-	-	295.063
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	8,45	132.848	-	(111.077)	-	-	21.771
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	13,42	378.286	-	(69.708)	(308.578)	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	8,84	-	-	-	-	-	-
Total	20.109.532			2.910.076	-	(719.762)	(308.578)	-	1.881.736
Preço médio ponderado do exercício			12,37						

* Os dados de exercício informados para as Outorgas do Plano 2018-2020 já contemplam ações provenientes de: (i) concessão dividendos, (ii) equivalência de conversão em dinheiro e (iii) variação de performance. Situações estas previstas em regulamento.

Notas Explicativas

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA
Outorga 2019	R\$ 11,28	NA	3 anos	NA
Outorga 2020	R\$ 14,40	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM S.A. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM S.A. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2020, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 7.403 (R\$ 3.072 em 30 de setembro de 2019).

Notas Explicativas

26. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associados ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Notas Explicativas

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Antes da adoção da norma, a Companhia reconhecia a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho e o desconto dos serviços, integralmente nos serviços.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita foi alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento ou redução na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada anteriormente. A diferença entre o valor da receita faturada e o valor da receita ajustada de venda de equipamentos no momento inicial foi reconhecida como um ativo (ou passivo) contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato (vide nota 2 para efeitos de ativo/ passivo contratual).

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	09/2020	09/2019
Receita Operacional Líquida	12.589.783	12.790.630
Receita operacional bruta	17.891.710	18.649.817
Receita de serviços	17.247.287	17.729.075
Receita de serviços - Móvel	15.948.908	16.492.866
Receita de serviços - Fixa	1.298.379	1.236.209
Venda de mercadorias	644.423	920.742
Deduções da receita bruta	(5.301.927)	(5.859.187)
Impostos incidentes	(3.409.841)	(3.743.461)
Descontos concedidos	(1.883.754)	(2.099.399)
Devoluções e Outros	(8.332)	(16.327)

Notas Explicativas

27. Custos e despesas operacionais

	09/2020				09/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais administrativas	Total
	(5.879.700)	(3.347.862)	(1.238.982)	(10.466.544)	(5.485.463)	(3.753.725)	(1.268.694)	(10.507.882)
Pessoal	(40.857)	(458.786)	(254.683)	(754.326)	(40.290)	(465.304)	(293.258)	(798.852)
Serviços de terceiros	(445.570)	(1.298.759)	(369.744)	(2.114.073)	(422.393)	(1.554.456)	(369.665)	(2.346.514)
Interconexão e meios de conexão	(1.241.954)	-	-	(1.241.954)	(1.085.870)	-	-	(1.085.870)
Depreciação e amortização	(3.414.012)	(189.808)	(544.365)	(4.148.185)	(3.025.652)	(167.945)	(553.460)	(3.747.057)
Impostos, taxas e contribuições	(21.133)	(554.394)	(16.711)	(592.238)	(22.263)	(608.229)	(13.495)	(643.987)
Aluguéis e seguros	(249.310)	(92.168)	(10.248)	(351.726)	(225.425)	(97.277)	(14.691)	(337.393)
Custo das mercadorias	(461.664)	-	-	(461.664)	(660.303)	-	-	(660.303)
Publicidade e propaganda	-	(284.263)	-	(284.263)	-	(284.452)	-	(284.452)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(455.357)	-	(455.357)	-	(561.455)	-	(561.455)
Outros	(5.200)	(14.327)	(43.231)	(62.758)	(3.267)	(14.607)	(24.125)	(41.999)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas

28. Outras receitas (despesas), líquidas

	09/2020	09/2019
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.342	16.457
Multas s/ serviços de telecomunicações	25.132	38.401
Receita na alienação de ativos	1.346	1.326
Créditos de PIS/COFINS (i)	-	1.795.000
Outras receitas	44.949	44.935
	<u>84.769</u>	<u>1.896.119</u>
Despesas		
FUST/FUNTTTEL (ii)	(99.004)	(102.297)
Impostos, taxas e contribuições	(9.058)	(3.593)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(220.053)	(362.717)
Despesa na alienação de ativos	(12.880)	(5.171)
Outras despesas	(26.510)	(53.186)
	<u>(367.505)</u>	<u>(526.964)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(282.736)</u>	<u>1.369.155</u>

(i) A variação refere-se à atualização dos créditos oriundos de processo judicial com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2019, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS. O montante de R\$1.795 milhões foi registrado na rubrica de outras receitas em junho e setembro de 2019 (nota 9).

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

29. Receitas financeiras

	09/2020	09/2019
Receitas financeiras	<u>725.170</u>	<u>1.461.273</u>
Juros sobre aplicações financeiras	55.914	61.558
Juros de clientes	20.532	28.395
Juros swap	22.666	12.355
Juros sobre arrendamento	14.998	15.859
Atualização monetária ⁽¹⁾	76.073	1.288.591
Variação cambial	49.047	16.726
Swap ⁽²⁾	483.833	33.366
Outras receitas	2.107	4.423

⁽¹⁾ Em 2019, inclui os valores de R\$1.228 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 9).

⁽²⁾ Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas**30. Despesas financeiras**

	09/2020	09/2019
Despesas financeiras	(1.488.082)	(1.068.225)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(60.538)	(85.131)
Juros sobre impostos e taxas	(31.108)	(9.798)
Juros swap	(38.759)	(18.931)
Juros sobre arrendamento	(580.959)	(616.710)
Atualização monetária	(120.875)	(200.718)
Descontos concedidos	(22.047)	(22.296)
Variação cambial ⁽¹⁾	(535.281)	(50.163)
Outras despesas	(98.515)	(64.478)

⁽¹⁾ A variação refere-se ao aumento da desvalorização do real contra moedas estrangeiras principalmente decorrente dos novos empréstimos captados.

31. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	09/2020	09/2019
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(649.013)	(86.108)
Contribuição social do exercício	(237.965)	(32.195)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	118.348	126.174
	(768.630)	7.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	389.855	(680.668)
Contribuição social diferida	140.348	(245.040)
	530.203	(925.708)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social		
	(8.895)	(8.650)
	521.308	(934.358)
	(247.322)	(926.487)

Notas Explicativas

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	09/2020	09/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.077.591	4.044.951
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(366.381)	(1.375.284)
(Adições) / exclusões:		
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(18.703)	29.069
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	118.348	126.174
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	-	307.700
Outros valores	19.414	(14.146)
	119.059	448.797
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(247.322)	(926.487)
Alíquota efetiva	22,95%	22,90%

(*) Conforme mencionado na nota 24 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

32. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	09/2020	09/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	830.269	3.118.464
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	28.560.831	42.296.790
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,03	0,07

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	09/2020	09/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	830.269	-
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	28.560.986	-
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,03	-

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 155 milhares de ações relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

Em 2019, não existiam ações potenciais diluidoras na participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação era igual ao lucro básico por ação.

33. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	09/2020	12/2019
TIM Participações (8)	-	11.310
Telecom Italia Sparkle (1)	3.820	1.949
TI Sparkle (3)	4.129	2.007
TIM Brasil (8)	6.232	4.860
Gruppo Havas (7)	29.360	-
Outros	941	1.035
Total	44.482	21.161

	Passivo	
	09/2020	12/2019
TIM Participações (4)	-	32.975
Telecom Italia S.p.A. (2)	124.948	80.825
Telecom Italia Sparkle (1)	16.661	6.531
TI Sparkle (3)	5.864	3.731
TIM Brasil (5)	6.101	4.916
Grupo Vivendi (6)	1.153	1.164
Gruppo Havas (7)	31.558	11.049
Outros	8.597	2.467
Total	194.882	143.658

Notas Explicativas

	Receita	
	09/2020	09/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	955	465
Telecom Italia Sparkle (1)	2.939	4.500
TI Sparkle (3)	2.871	862
Total	6.765	5.827

	Custo/Despesa	
	09/2020	09/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	84.132	70.074
Telecom Italia Sparkle (1)	18.566	23.865
TI Sparkle (3)	15.247	13.846
Grupo Vivendi (6)	1.191	1.361
Gruppo Havas (7)	136.941	188.838
Outros	17.229	14.439
Total	273.306	312.423

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e a Companhia o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(4) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. Conforme mencionado na nota 1, a TIM Participações foi incorporada pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020.

(5) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(6) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(7) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$126.990 (R\$ 172.956 em 30 de setembro de 2019), estão relacionados aos repasses de mídia.

(8) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas. Conforme mencionado na nota 1, a TIM Participações foi incorporada pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia investiu R\$2.723 (R\$ 3.001 em 30 de setembro de 2019) com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

34. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	09/2020	09/2019
Benefícios de curto prazo	15.267	14.997
Outros benefícios de longo prazo	2.045	900
Remuneração baseada em ações	4.720	3.949
	<u>22.032</u>	<u>19.846</u>

35. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA e/ou TLP, quando tais taxas não acompanham proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP, IPCA e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em 30 de setembro de 2020 e 2019. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

Notas Explicativas

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Visando eliminar qualquer risco de liquidez durante a pandemia, a Companhia optou por reforçar o seu caixa em R\$ 1.000.000, através da captação de novos empréstimos com o The Bank of Nova Scotia e o BNP Paribas. O primeiro, no valor de R\$ 574.200, foi desembolsado em abril e, o segundo, no montante de R\$ 425.800, foi desembolsado no mês de julho de 2020.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	09/2020			12/2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	506.691	(11.100)	495.591	46.511	(4.405)	42.106
Parcela circulante	383.852	(11.100)	372.752	16.602	(858)	15.744
Parcela não circulante	122.839	-	122.839	29.909	(3.547)	26.362

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de setembro de 2020 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2021	39.726	-
2022	34.708	-
2023 em diante	48.405	-
	<u>122.839</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 19 e 15.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	09/2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	1.519.650	506.691	2.026.341
Ativos financeiros ao valor justo	1.519.650	506.691	2.026.341
Derivativos usados para hedge		506.691	506.691
Títulos e valores mobiliários	1.519.650		1.519.650
Total do passivo		11.100	11.100
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		11.100	11.100
Derivativos usados para hedge		11.100	11.100

	12/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	658.328	46.511	704.839
Ativos financeiros ao valor justo	658.328	46.511	704.839
Derivativos usados para hedge	-	46.511	46.511
Títulos e valores mobiliários	658.328	-	658.328
Total do passivo	-	4.405	4.405
	-	4.405	4.405
Derivativos usados para hedge	-	4.405	4.405

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:
30 de setembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.310.445	2.026.341	8.336.786
Instrumentos financeiros derivativos	-	506.691	506.691
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.111.933	-	3.111.933
Títulos e valores mobiliários	-	1.519.650	1.519.650
Caixa e equivalentes de caixa	2.124.706	-	2.124.706
Arrendamento Mercantil - leasing	152.202	-	152.202
Depósitos judiciais	863.920	-	863.920
Outros valores a compensar	57.684	-	57.684

Notas Explicativas

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	12.686.048	11.100	12.697.148
Empréstimos e Financiamentos	2.593.861	-	2.593.861
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.100	11.100
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.176.054	-	2.176.054
Arrendamento mercantil leasing	7.869.388	-	7.869.388
Dividendos a pagar	46.745		46.745

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.679.376	704.839	7.384.215
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.511	46.511
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.286.010	-	3.286.010
Títulos e valores mobiliários	-	658.328	658.328
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.048	-	2.284.048
Arrendamento Mercantil – leasing	156.378	-	156.378
Depósitos judiciais	919.850	-	919.850
Outros valores a compensar	33.090	-	33.090

Notas Explicativas

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.323.556	4.405	14.327.961
Empréstimos e Financiamentos	2.029.088	-	2.029.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.405	4.405
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.916.048	-	3.916.048
Arrendamento mercantil leasing	7.780.870	-	7.780.870
Dividendos a pagar	597.550		597.550

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de setembro de 2020, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

30 de setembro de 2020

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	430.309	430.309	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,13% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	JP Morgan	28.423	28.423	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	591.905	591.905	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.118.587	1.118.587	100%	1,72% a.a.	134,53% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	433.418	433.418	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2019

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	330.217	330.217	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	40.366	40.366	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI

Em junho de 2019, a Companhia entrou em uma operação estruturada de opções no montante nominal de USD 15 milhões. A operação protege a companhia de efeitos de variação cambial advindas de seus contratos comerciais em uma faixa de R\$ 5,30/USD a R\$6,00/USD. A operação é constituída por 7 opções no montante de US\$ 2,14 milhões cada e com vencimento de junho a dezembro de 2020. As opções foram adquiridas pelo valor líquido de R\$ 2,57 milhões. Em 30 de setembro, o valor das opções marcadas a mercado equivale a R\$2,03 milhões.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Euro (EUR) e Libor, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, do EUR e da Libor, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Notas Explicativas

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	09/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.613.970	2.613.970	2.613.970	2.613.970
A) Δ Variação Acumulada Dívida			0	0
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.613.970	2.613.970	2.613.970	2.613.970
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.119.616	2.119.616	2.123.421	2.127.252
Resultado swap	494.354	494.354	490.549	486.718
B) Δ Variação Acumulado Swap			-3.805	-7.636
C) Resultado final (B-A)			-3.805	-7.636

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	1,90%	2,38%	2,85%
USD	5,6407	5,6407	5,6407
EUR	6,6132	6,6132	6,6132
Libor	0,2598%	0,2598%	0,2598%

Cenário Sensibilidade ao USD

Descrição	09/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.613.970	2.613.970	3.120.225	3.626.480
A) Δ Variação Acumulada Dívida			506.255	1.012.510
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.613.970	2.613.970	3.120.225	3.626.480
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.119.616	2.119.616	2.119.616	2.119.616
Resultado swap	494.354	494.354	1.000.609	1.506.864
B) Δ Variação Acumulado Swap			506.255	1.012.510
C) Resultado final (B-A)			0	0

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	1,90%	1,90%	1,90%
USD	5,6407	7,0509	8,4611
EUR	6,6132	6,6132	6,6132
Libor	0,2598%	0,2598%	0,2598%

Notas Explicativas

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	09/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.613.970	2.613.970	2.761.208	2.908.446
A) Δ Variação Acumulada Dívida			147.238	294.476
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.613.970	2.613.970	2.761.208	2.908.446
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.119.616	2.119.616	2.119.616	2.119.616
Resultado swap	494.354	494.354	641.592	788.830
B) Δ Variação Acumulado Swap			147.238	294.476
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	1,90%	1,90%	1,90%
USD	5,6407	5,6407	5,6407
EUR	6,6132	8,2665	9,9198
Libor	0,2598%	0,2598%	0,2598%

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	09/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	2.613.970	2.613.970	2.614.747	2.615.523
A) Δ Variação Acumulada Dívida			777	1.553
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.613.970	2.613.970	2.614.747	2.615.523
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.119.616	2.119.616	2.119.616	2.119.616
Resultado swap	494.354	494.354	495.131	495.907
B) Δ Variação Acumulado Swap			777	1.553
C) Resultado final (B-A)			-	-

Notas Explicativas

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	1,90%	1,90%	1,90%
USD	5,6407	5,6407	5,6407
EUR	6,6132	6,6132	6,6132
Libor	0,2598%	0,3247%	0,3896%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(467.661)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.130.992	(2.032)
Cancelamentos	-	(368.962)	-
Encargos financeiros	80.648	604.119	16.093
Variações cambiais, líquidas	483.830	-	(483.833)
Pagamentos	(1.799.705)	(1.277.631)	16.287
30 de setembro de 2020	2.593.861	7.869.388	(495.591)

A Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 30 de junho de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

36. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	09/2020	12/2019
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.782	5.782

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Notas Explicativas

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

37. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 33.892.520
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$28.520
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos

38. Eventos subsequentes

Distribuição de Juros sobre capital próprio

Em 7 de outubro de 2020, a Companhia informa a deliberação do Conselho de Administração sobre a distribuição de R\$500 milhões a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorrerá até o dia 10 de novembro de 2020, sendo a data de 19 de outubro de 2020, como aquela que serviu para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após a referida data estarão ex-direito de distribuição de JSCP.

Qualificação como “Stalking Horse” no processo de aquisição da “UPI de ativos móveis” da Oi

No dia 7 de setembro de 2020, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de março de 2020, 18 de julho de 2020, 27 de julho de 2020 e 7 de agosto de 2020, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em substituição à oferta vinculante revisada apresentada ao Grupo Oi em 27 de julho de 2020 (“Oferta Revisada”), em conjunto com a

Notas Explicativas

Telefônica Brasil S.A. (“VIVO”) e a Claro S.A. (“Claro”) e, conjuntamente com a TIM e com a VIVO, as “Ofertantes”) uma nova proposta foi apresentada pelas Ofertantes, em 7 de setembro de 2020, por meio da qual ratificaram o valor de R\$16,5 bilhões (incluindo R\$756 milhões por serviços a serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Ofertantes). Além desse valor, as Ofertantes assumiram o compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão, e ajustaram certos termos da Oferta Revisada.

Como resultado, as Ofertantes foram efetivamente qualificadas pelo Grupo Oi para participarem do processo competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, na condição de “*stalking horse*”, o que foi refletido na proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Oi. Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi do dia 8 de setembro de 2020 e homologada pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Na qualidade de “*stalking horse*”, as Ofertantes terão ainda o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor que seja eventualmente apresentada no referido processo competitivo (“*right to top*”).

Conclusão da reestruturação societária e mudança de códigos de negociação (“tickers”)

As ações da TIM passaram a ser negociadas sob novos códigos de identificação nas bolsas de valores (“tickers”) do Brasil (B3) e de Nova York (NYSE) a partir do dia 13 de outubro de 2020. Na B3, o ticker mudou de TIMP3 para TIMS3. Na NYSE, passou a ser TIMB, e não mais TSU.

A mudança resulta da incorporação da TIM Participações pela subsidiária integral TIM S.A., que passou a ser a entidade listada no Novo Mercado, segmento especial da B3, destinado a empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira. A TIM continua sendo a única operadora de telefonia listada no segmento.

TIM e FCA fecham parceria inédita para carros conectados

A TIM e a Fiat Chrysler Automóveis (FCA) estabeleceram uma parceria para oferecer soluções de conectividade embarcada em veículos das marcas Fiat, Jeep e RAM no Brasil a partir da primeira metade de 2021. Como parte da estratégia global de desenvolver ecossistemas para serviços conectados e potencializar a experiência digital dos clientes, futuros lançamentos da FCA no país vão contar com o eSIM, chip virtual para acesso a Wi-Fi nativo a bordo, com a qualidade da cobertura 4G e rede de Internet das Coisas (“IoT”) da TIM.

A conectividade permitirá a comunicação, ativa e em tempo real, do carro com o cliente, com a FCA e com a rede de concessionárias. Os clientes da FCA se beneficiarão com uma variedade de serviços, desde conteúdos de entretenimento e segurança, até aplicativos que interagem com o veículo. Será possível, por exemplo, dar a partida remotamente no veículo e acionar o ar-condicionado ou o aquecedor para garantir a temperatura interna ideal antes mesmo da entrada no carro. Também permitirá a identificação remota de eventuais falhas no veículo com a possibilidade de diagnósticos mais ágeis e precisos. Tudo isso graças aos sensores conectados, que enviam dados continuamente para a FCA.

A parceria fortalece a presença da TIM no segmento de serviços prestados a empresas –B2B, inaugurando sua atuação na vertical de carros conectados que se junta ao sólido portfólio de soluções IoT. Ao mesmo tempo, possibilita a abertura de novas formas de atingir o cliente no segmento de serviços prestados a consumidores – B2C, através da prestação de serviços “in-car”.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
TIM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da TIM S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de nove meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 05 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de novembro de 2020.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2020.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2020.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2020.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2020.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico